



UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 146ª reunião, realizada em 20 de agosto de 2020

1 Em 20 de agosto de 2020, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência.
4 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente
5 Suplente Rafael Rezende Teixeira, da Superintendência Regional de
6 Meio Ambiente da SUPRAM ASF. REPRESENTANTES DO PODER
7 PÚBLICO: Wellington Dias Silveira, da Secretaria de Estado de
8 agricultura, pecuária e abastecimento (SEAPA); Guilherme Augusto
9 Lemes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
10 (SEDE); Karine Consuelo Cunha, da Secretaria de Estado de educação
11 (SEE); José Tadeu La Guardia, da Secretaria de Estado de
12 Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA); Eduardo José Azevedo, da
13 Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); Vitor
14 Cândido Leles de Paulo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
15 Social (SEDESE); 1º Ten. PM Flávio Borges Silva, da Polícia Militar de
16 Minas Gerais (PMMG); Roger Alexandre Nogueira Gontijo, do Conselho
17 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG);
18 Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais
19 (MPMG); Marco Aurélio Rabelo Gomes, da Prefeitura Municipal de
20 Pains. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL: Túlio Pereira de
21 Sá, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);
22 Edélcio José Cançado Ferreira, da Federação da Agricultura e Pecuária
23 do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Luanna de Fátima Oliveira, da
24 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de
25 Minas Gerais (FEDERAMINAS); Héfren Costa, da Associação dos
26 Mineradores de Pains, Arcos e região (AMPAR); Lucélio Nativo
27 Assunção, Associação Pró Pouso Alegre (APPA); Regina Maria Bento,
28 do Grupo Ação Renovadora (Grupo AR); Claiton Majela da Silva
29 Miranda, da Associação NORDESTA Reflorestamento e Educação;
30 Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da Sociedade Mineira de Cultura –
31 SMC/PUC Minas; Mauro César Cardoso Cruz, da Universidade do
32 Estado de Minas Gerais (UEMG); Leandro Eustáquio, da Ordem dos

33 Advogados do Brasil (OAB/MG). **1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
34 **BRASILEIRO.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Boa tarde,
35 Conselheiros. Aqui é Rafael Teixeira, vou acompanhar vocês, presidir
36 essa sessão. Tudo bem com vocês? Cumprimento todos os
37 Conselheiros presentes, a todos que nos acompanham pelo *Youtube*.
38 Essa reunião está sendo transmitida ao vivo, nós temos 15 Conselheiros
39 já conectados conosco. Nós temos o quórum inicial para iniciar a
40 reunião. Eu peço a moderação que fique a postos e convido a todos os
41 Conselheiros presentes a ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.” **2.**
42 **ABERTURA.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Senhores, iniciamos
43 agora o segundo item da nossa pauta. Abertura, pelo Secretário
44 Executivo, Hildebrando Canabrava, o qual emitiu um memorando
45 SEMAD de Gabinete SE 142/2020, um memorando de delegação, e eu
46 vou ler para vocês agora. ‘Aos Conselheiros da Unidade Regional
47 Colegiada do Alto São Francisco URC ASF, do Conselho Estadual de
48 Política Ambiental, COPAM, assunto: Presidência da 146ª Reunião
49 Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco, do
50 Conselho Estadual de Política Ambiental, a ser realizada no dia 20 de
51 agosto de 2020. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de
52 comparecimento do titular e do primeiro suplente, representantes do
53 Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, SISEMA,
54 junto a Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco URC ASF,
55 conforme composição estabelecida em deliberação COPAM 1555, de 6
56 de abril de 2020, indico o senhor Rafael Rezende Teixeira para presidir
57 a 146ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São
58 Francisco, que será realizada no dia 20 de agosto de 2020, às 13h30,
59 inteiramente digital, seguindo as deliberações do Comitê Extraordinário
60 Covid-19 e das demais normas relacionadas às ações de combate à
61 pandemia gerada pelo novo Coronavírus. Hildebrando Canabrava
62 Rodrigues Neto. Secretário Executivo do COPAM e Presidente da URC
63 Alto São Francisco’.” Assim sendo, declaro aberta a 146ª Reunião
64 Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco URC
65 ASF, do Conselho Estadual de Política Ambiental, o COPAM. Hoje é 20
66 de agosto de 2020, 13h29. Dentro desse item de pauta, leio a vocês a
67 carta aberta com informações importantes para o bom andamento desta
68 reunião. ‘Prezados senhores e senhoras que nos acompanham ao vivo
69 pelo *Youtube*, boa tarde. Considerando o momento desafiador que

70 estamos vivendo, gerado pelo pandemia mundial do novo Coronavírus,
71 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
72 Sustentável publicou, no dia 24 de abril, a deliberação conjunta COPAM
73 CRH-MG, 19/2020, suspendendo as reuniões presenciais no Conselho
74 Estadual de Política Ambiental e o Conselho Estadual de Recursos
75 Hídricos, sem previsão de retorno, como uma das ações de combate à
76 propagação desse vírus. Considerando que a mesma norma, em seu
77 artigo 2º, determinou que a Secretaria Executiva do COPAM e o CRH
78 envidassem os esforços necessários para a realização das reuniões nas
79 unidades colegiadas com tecnologia remota. Dou as boas-vindas aos
80 senhores Conselheiros que tomarão posse hoje para exercerem o
81 mandato nessa URC ASF para o biênio 2020-2022. Aproveito esse
82 momento de abertura para dar as orientações gerais sobre como será
83 feito o andamento e o encaminhamento dessa reunião, uma vez que
84 esse formato via videoconferência é uma novidade e um desafio novo,
85 não apenas para os senhores Conselheiros, mas para todos nós. Como
86 já foi passado a todos os senhores pelo Manual do Conselheiro e
87 também para aqueles que puderam participar da reunião de treino,
88 realizada com a equipe da Supram Alto São Francisco no dia 17 de
89 agosto de 2020, para solicitar a palavra é necessário levantar a mão.
90 Não fisicamente, mas sim a mão virtual que existe dentro do aplicativo
91 de videoconferência que estamos utilizando. Peço a todos agora que
92 identifiquem e ativem este recurso neste momento. Aqueles que
93 participam pelo computador, esse recurso é ativado no canto inferior
94 direito da lista de participantes, clicando no botão *raise hand*, que em
95 português significa levantar a mão. Para aqueles que participam pelo
96 *smartphone*, esse recurso é ativado clicando no botão *raise hand* no
97 menu que é aberto após clicar no botão “mais”, no canto inferior direito
98 da tela. Uma vez que a palavra for solicitada, eu concederei a palavra ao
99 Conselheiro e nesse momento ele deve abaixar a mão virtualmente,
100 clicando no botão *low hand*, que significa baixar a mão, em português,
101 localizado no mesmo local do aplicativo onde ele anteriormente clicou
102 em *raise hand*, ou levantar a mão. Peço que desativem a mãozinha
103 virtual agora. Não se preocupem, eu garanto a vocês que estarei
104 permanentemente de olho na lista de pessoas com a mão levantada e
105 garanto também que essa reunião será conduzida com muita calma,
106 sem pressa, de forma que ninguém deixará de se manifestar em

107 momento algum, sempre seguindo nosso regimento interno. Portanto,
108 precisaremos que todos aguardem com calma, tranquilidade e paciência
109 a sua vez de falar. No momento da leitura da pauta, após o comunicado
110 dos Conselheiros e assuntos gerais, eu farei uma pausa ao terminar a
111 leitura de cada item de pauta, verificarei quem está com a mão
112 levantada virtualmente e concederei a palavra para aqueles que a
113 solicitarem, para que apresentem seus pedidos de vistas, destaques e
114 demais manifestações pertinentes a este momento da reunião. Após a
115 leitura da pauta, aqueles processos que não tiverem pedido de vista,
116 destaque e nem escritos, serão colocados em votação em bloco, e
117 diferente do que estamos acostumados a fazer, a votação será
118 individualizada, chamarei cada Conselheiro presente nesta reunião, pela
119 ordem descrita na deliberação 1555/2020, que descreve a composição e
120 designação dos membros desta câmara, e pedirei ao conselho para se
121 manifestar, devendo este se identificar por nome, entidade que
122 representa e dizer seu voto. Ao término da votação, após todos os
123 Conselheiros já terem votado, aqueles que abstiveram ou votaram
124 contrário ao parecer único, serão chamados por esse Presidente para
125 justificarem seus votos. Após esse momento, passaremos para os itens
126 em que não houveram destaques ou pedidos de vistas, mas houveram
127 inscritos. Cabe aqui ressaltar, para o conhecimento de todos, que as
128 inscrições estão sendo feitas via formulário virtual, disponibilizado no
129 *site* da SEMAD, no *site* dos Conselhos COPAM e CRH e também na
130 descrição do vídeo de transmissão ao vivo pelo *Youtube*. A Secretaria
131 Executiva entrará em contato com todas as pessoas pelo aplicativo
132 *Whatsapp* ou pelo *e-mail*. Portanto, nos itens em que houver inscritos,
133 será autorizada a entrada dos inscritos no item de pauta em voga no
134 momento, na nossa sala de videoconferência, sendo esta autorização
135 comunicada diretamente aos inscritos pela Secretaria Executiva, para
136 permitir o processo de entrada. No momento em que for dada a
137 autorização para os inscritos entrarem na videoconferência, a reunião
138 será pausada para darmos tempo suficiente para que todos consigam
139 fazer o *login*. Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a
140 palavra aos inscritos, por ordem de inscrição, para que possam fazer
141 suas manifestações dentro dos prazos regimentais. Caso existam
142 dúvidas ou apontamentos pertinentes, debateremos e responderemos
143 como de praxe, e somente após tudo ser devidamente esclarecido,

144 passaremos para votação, que será feita da forma descrita
145 anteriormente, ou seja, nominal e individualmente. Por fim, passaremos
146 para os itens de pauta nos quais foram feitos destaque. No momento em
147 que passarmos para um item que tenha destaque, o inscrito nesse item
148 de pauta serão autorizados a entrar na sala de videoconferência e
149 passarão a acompanhar os debates por aqui, ao invés do *Youtube*.
150 Ressaltando apenas que, ao entrarem na sala de videoconferência, os
151 inscritos permanecerão com os microfones silenciados até que lhe seja
152 concedida a palavra. Uma vez sanada todas as dúvidas e esclarecidas
153 todas as questões que porventura surgirem durante os debates,
154 passaremos para o regime de votação, sendo este sempre como
155 descrito, nominal e individualmente.’ Creio que com essa explanação
156 tenha ficado claro como será o andamento da nossa reunião. Se algum
157 Conselheiro ainda tem alguma dúvida, por favor levante a mão virtual e
158 lhe será dada a palavra para que manifeste a sua dúvida. Não havendo
159 mais nenhuma dúvida, passemos agora para o próximo item de pauta.”

160 **3. POSSE DOS CONSELHEIROS DA URC ASF (BIÊNIO 2020/2022).**

161 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Próximo item de pauta, item 3:
162 Posse dos Conselheiros da URC ASF. Para este item, vou fazer a leitura
163 do Termo de Posse para vocês. ‘Termo de Posse dos membros da
164 Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco, do Conselho Estadual
165 de Política Ambiental, mandato relativo ao biênio 2020-2022.
166 Deliberação COPAM 1555, de 6 de abril de 2020, publicado no Diário
167 Oficial de Minas Gerais, caderno 1, Diário do Executivo, sessão
168 Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM, no dia 7 de abril de
169 2020, página 10, legitima o Conselheiro da Unidade Regional Colegiada
170 ASF, como Conselheiro(a), titular, primeiro ou segundo suplente,
171 representante de sua respectiva entidade, que compõe o segmento
172 poder público ou sociedade civil, para um mandato relativo ao biênio
173 2020-2022, nos termos do artigo 15, inciso 5, da Lei 21.972, de 21 de
174 janeiro de 2016, e artigo 20 do Decreto 46.953, de 23 de fevereiro de
175 2016. Assim, fica a pessoa supracitada certificada do compromisso de
176 desempenhar com probidade o exercício desta função pública e cumprir
177 fielmente todos os deveres que lhe forem atribuídos em conformidade
178 com a ética pública, a partir da data de assinatura deste Termo de
179 Posse, sendo essa ação indispensável a ser realizada previamente para
180 cumprir a plena condição de representante legal para participação nas

181 reuniões. Além disso, assume também todos os encargos do mandato
182 ao qual ora se investe, zelando pela defesa do meio ambiente, como
183 serviço relevante prestado ao Estado, e declara, sob penas da lei, sobre
184 não incidir em vedação, previsto nos artigos 51, 52, 53 e 54 da
185 deliberação normativa COPAM 177, de 22 de agosto de 2020, e
186 compromete-se a observar o disposto nos artigos 61, 62 e 63 da Lei
187 Estadual 14.184, de 30 de janeiro de 2002. Para constá-la lavrou-se o
188 presente termo, que vai assinado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário
189 Executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM, bem
190 como pelo Conselho empossado. Assim, declaro posse a todos os
191 Conselheiros’.” **4. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E**
192 **ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: Nosso
193 próximo item de pauta é o item 4. Comunicado dos Conselheiros e
194 Assuntos Gerais. Existe algum Conselheiro que queira se manifestar
195 para passar algum assunto geral de qualquer natureza? Conselheiro
196 Túlio de Sá levantou a mão.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Boa
197 tarde a todos, primeiramente. Parabenizo a posse dos novos
198 Conselheiros, sejam bem-vindos. Muitos Conselheiros novos. Segundo,
199 também queria fazer um convite: no dia 9 de setembro haverá o
200 lançamento do Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva na
201 Indústria, que é uma parceria entre FIEMG, SEMAD e a Polícia Militar.
202 Vai ser o lançamento virtual, depois encaminho o convite para vocês.
203 Será um trabalho na parte de fiscalização futura por parte do estado e
204 também um trabalho de regularização ambiental. Esse lançamento vai
205 ocorrer agora, no início de setembro, e aqui na Centro Oeste no dia 9.
206 Participar todos a participarem e conhecerem mais o projeto.”
207 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Finalizado, Túlio? Só chamar
208 atenção em relação a uma situação: toda vez que um Conselheiro for se
209 pronunciar, dizer o nome e a instituição que representa, só para a gente
210 ter melhor noção de quem está se pronunciando no momento, ok?
211 Finalizada então a manifestação do senhor Túlio, representante da
212 FIEMG. Tem mais algum Conselheiro que queira se manifestar?”
213 Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Eu estou com a mão levantada,
214 Rafael. Tudo bom?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, por favor,
215 Wellington. Por favor.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Boa tarde a
216 todos. Primeiro, desejar boa sorte a todos nessa reunião virtual. E dizer
217 que, se der para ser como antes, mandassem a pauta para gente antes.

218 Eu tentei entrar no *site* da SEMAD para conseguir a pauta e não
219 consegui. Pedi a Fernando que na próxima reunião, mesmo virtual, que
220 enviem para nós a pauta. Porque desde ontem estou tentando entrar no
221 *site* da SEMAD, na URC Alto São Francisco e não dei conta de baixar,
222 ok? Muito obrigado.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok,
223 Conselheiro. A pauta está disponibilizada no *site* há bastante tempo.
224 Talvez seja um problema de *link*, alguma questão neste sentido, mas
225 será acolhida sim, a sua fala, e vamos verificar como podemos trabalhar
226 melhor nesse sentido. Parece que o Conselheiro Edécio, da FAEMG,
227 levantou a mão.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Rafael,
228 aproveitar o ensejo para desejar aos novos Conselheiros, sucesso no
229 trabalho. É um trabalho muito importante ao meio ambiente, e essa
230 colaboração junto a SUPRAM, também entendo ser de fundamental
231 importância. Nós como Conselheiros valorizarmos os trabalhos técnicos
232 da nossa entidade e desejar a todos uma reunião produtiva. Uma boa
233 tarde.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Eduardo
234 Azevedo, EPAMIG.” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Bom dia a
235 todos. Sou Eduardo, pesquisador e professor na Escola Agrícola da
236 EPAMIG de Pitangui, e é um prazer conhecer a todos. Uma dúvida
237 técnica: tem um contador com contagem regressiva aqui no *Youtube* e
238 eu vi aqui, o que significa isso, poderia me explicar?” Presidente Rafael
239 Rezende Teixeira: “Conselheiro, esse contador é para marcar o prazo
240 de manifestação, nesse momento, neste item de pauta, de acordo com o
241 Regimento, a manifestação do Conselheiro tem um limite de 30 minutos
242 em função disso. Conselheiro Edécio está com a mão levantada até
243 agora. Seu microfone está desligado, peço, por favor, que abaixe a mão
244 virtual.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Vou baixar a mão
245 aqui para você, Rafael. Boa tarde, primeiro é um prazer muito grande tê-
246 lo conosco aqui nesta reunião. E segundo lugar, desejar aos
247 Conselheiros que foram empossados muito sucesso nessa missão, essa
248 missão é muito importante, e temos que ter sempre foco em estar
249 colaborando com a atuação dos nobres técnicos da SUPRAM. Trabalho
250 é árduo e, muitas vezes, até um pouco incompreendido. Nós temos a
251 obrigação de, obviamente naquilo que a gente discordar, demonstrar a
252 nossa discordância, mas sempre com respeito muito grande pelo
253 trabalho desenvolvido por eles. Uma boa tarde e sucesso na reunião.”
254 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Boa tarde, posso me manifestar?”

255 Presidente, não sei se estão me ouvindo, posso me manifestar?”
256 Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Rafael, nós não estamos
257 ouvindo você, seu microfone está *mutado*.” Presidente Rafael Rezende
258 Teixeira: “Leandro Eustáquio, está me ouvindo?” Conselheiro Leandro
259 Eustáquio: “Te ouço sim, Presidente.” Presidente Rafael Rezende
260 Teixeira: “Certo. Só um minuto, estou vendo aqui que o Conselheiro
261 Lucas Trindade, do Ministério Público, está com a mão virtual levantada.
262 Geraldo, da PUC... Ok. Vou pedir a manifestação do Conselheiro Lucas
263 Trindade e posteriormente a sua manifestação, Conselheiro.”
264 Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Eu gostaria de, antes de
265 qualquer coisa, cumprimentar todos os Conselheiros, sejam os novos,
266 sejam os antigos, desejando aí um bom mandato. Colocar o Ministério
267 Público de Minas Gerais à disposição de todos, aqui pela Coordenadoria
268 Regional, das Promotorias do Meio Ambiente da bacia do Alto do Rio
269 São Francisco, sediado em Divinópolis, e nesse momento eu teria só
270 uma dúvida acerca do funcionamento dessas reuniões virtuais, é um
271 instrumento novo e que todos nós vamos aprender a utilizar em razão
272 dessa situação excepcionalíssima de pandemia, mas a minha pergunta
273 é a respeito de como que um cidadão que não tem acesso a
274 computador, rede de *internet*, se ele tem a possibilidade de se dirigir a
275 sede da SUPRAM para, na sede, fazer uso de um computador e
276 acompanhar a reunião. E eu pergunto isso, porque estamos em um país
277 em que as estimativas dizem que 25% da população não tem acesso a
278 *internet*, então é só uma dúvida de ordem prática mesmo. Obrigado.”
279 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado pela manifestação,
280 Conselheiro Lucas Trindade. Situação excepcional, sabe Doutor Lucas,
281 há necessidade da realização das URC’s e em detrimento dessa
282 situação de pandemia, a forma como encontramos para poder dar total
283 publicidade às reuniões e, de fato, poder realiza-las. Mas fica acolhido o
284 seu pronunciamento e posterior reflexão do órgão ambiental.
285 Conselheiro Geraldo Tadeu, PUC Minas.” Conselheiro Geraldo Tadeu
286 Rezende Silveira: “Boa tarde a todos, eu sou professor Geraldo Tadeu,
287 estou aqui representando o nosso reitor, Dom Mol. Para nós é uma
288 satisfação muito grande. Gostaria de cumprimentar aos colegas, estou
289 iniciando aqui essa representação junto a esse distinto comitê, reitero as
290 palavras do colega da importância dos técnicos da SUPRAM e da
291 SEMAD como um todo, e gostaria aqui de colocar a preocupação que a

292 universidade tem hoje com as questões ambientais, em particular com
293 os efeitos de uma mineração que tem trazido tanto sofrimento para
294 nossa sociedade, em especial à sociedade de Minas Gerais, e, também,
295 uma preocupação particular do nosso Grão Chanceler, em relação aos
296 recursos hídricos e os efeitos em geral das atividades sobre as águas
297 em nosso estado. Como resposta a isso, nós criamos, o nosso Grão
298 Chanceler, ele criou agora o COAGUAS, que é o Comitê Arquidiocesano
299 para as Águas, com o objetivo de levar, através da igreja, um maior
300 conhecimento sobre as questões técnicas relacionadas às águas, e os
301 desafios desta gestão das águas. Em paralelo, nós temos uma unidade
302 que oferece cursos de pós-graduação, e a gente tem hoje, em oferta,
303 pelo menos uma dezena de cursos, em particular eu quero destacar o
304 lançamento, deste ano, em resposta a nossa preocupação com a
305 necessidade de termos uma mineração sustentável em nosso estado,
306 nós lançamos, esse ano, já está em funcionamento, o curso de pós-
307 graduação em mineração e sustentabilidade, e temos a satisfação de
308 contar com a participação do Secretário Germano e da nossa Diretora
309 do IGAM, Marília, entre os professores da equipe deste curso. Então,
310 mais uma vez, eu gostaria de dizer que, para nós, é uma satisfação, e a
311 PUC Minas está engajada no sentido de aproximar as atividades da
312 universidade às demandas da sociedade. Obrigado e um abraço a todos
313 os Conselheiros e colegas.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
314 “Obrigado Conselheiro Geraldo Tadeu. Abro agora para manifestação
315 do Conselheiro Leandro Eustáquio, da OAB. Conselheiro Leandro
316 Eustáquio.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Boa tarde a todos, vocês
317 me ouvem?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Um pouco cortado.
318 Conseguimos ouvir, mas um pouco cortado. Pode prosseguir.”
319 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Ainda estou sem retorno se estão me
320 ouvindo, vou perguntar pelo *chat*. Presidente Rafael, desculpe o atraso
321 na conexão, mas faz parte. Estava dizendo que, para mim, é um prazer
322 participar deste conselho, por uma série de razões, prazer imenso.
323 Estou até escolhendo qual razão eu utilizo. Vou começar pelo Edécio,
324 também Conselheiro desta Unidade Regional Colegiada há bastante
325 tempo, em nome da FAEMG. Edécio que foi meu aluno na então
326 UNIPAC, lá pelos idos de 2004, em Bom Despacho. Também dei aula
327 na FADOM, lá pelos idos de 2003, 2004, em Divinópolis. Tenho muitos
328 amigos na região, e se não bastasse isso, minha família, tanto da minha

329 mãe quanto do meu pai, é de Dores do Indaía, que faz parte dos 61
330 municípios englobados na Unidade Regional Colegiada do Alto São
331 Francisco, então não tenham dúvidas de que, da minha parte, eu vou
332 tentar fazer o melhor possível em nome da Ordem dos Advogados do
333 Brasil, que é por ela que eu falo, e obviamente em nome do meio
334 ambiente, respeitamos todos os colegas, desde o Ministério Público de
335 um lado, em prol do meio ambiente, na condição, na maioria das vezes,
336 de autor, de proponente, como de outro lado parabenizando o Túlio, em
337 nome da FIEMG, representando as empresas da região, e creio que
338 (áudio ruim) a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, essas reuniões
339 virtuais, eu também participo da CPB, da Câmara de Política de
340 Proteção de Biodiversidade, e as reuniões virtuais na CPB já estão na
341 terceira edição, semana que vem vai ser a quarta edição, e com enorme
342 sucesso, nesse caso a distância está aproximando. Vocês podem
343 acompanhar pelo *Youtube*, e bem provavelmente a presencial não tenha
344 tido um público tão grande como está tendo agora, de forma virtual. É o
345 que o momento nos dá, é o que temos no momento. Espero que quando
346 volte ao presencial, exista também pelo menos a possibilidade híbrida,
347 que está sendo um sucesso. E vamos que vamos, meus caros, estamos
348 aqui para os próximos dois anos, esperamos fazer, em nome da Ordem
349 dos Advogados, o melhor trabalho possível. MUITÍSSIMO obrigado, estou
350 aqui à disposição, se precisarem do meu número de celular, inclusive,
351 só pedir que eu passo. Muito obrigado pela palavra, Senhor Presidente.”
352 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Temos a mão levantada agora do
353 Conselheiro Héfren Costa, da AMPAR. Por favor.” Conselheiro Héfren
354 Costa: “Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos os Conselheiros.
355 Agradeço as boas-vindas de todos e desejo uma boa reunião para todos
356 nós. Podem contar com a AMPAR também para análise técnica.”
357 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado. Conselheiro Lucas
358 Trindade, do MP, continua com a mão levantada.” Conselheiro Lucas
359 Marques Trindade: “Obrigado, Senhor Presidente. Uma última questão
360 que eu gostaria de colocar é que no *site* da SEMAD, por mais que eu
361 tenha encontrado a pauta e os documentos que vão ser colocados aqui
362 em discussão hoje, não encontrei os documentos referentes às sessões
363 passadas da Unidade Regional Colegiada, tampouco das demais
364 unidades colegiadas do COPAM, referentes às reuniões que não são as
365 virtuais, então me parece que há uma falha no *site* da SEMAD, já há

366 algum tempo, então eu solicito que isso seja avaliado pela SEMAD.”
367 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, Lucas, acolhida a sua
368 manifestação e será sim verificado e informado aos Conselheiros.
369 Conselheiro Eduardo Azevedo, EPAMIG.” Conselheiro Eduardo José
370 Azevedo: “O meu, na verdade, é uma dúvida, porque eu também sou
371 professor e já usei essa ferramenta para dar aula, e uma dúvida que
372 sempre aparece é a questão da privacidade do momento da sala de
373 aula, e aqui das reuniões com relação a dados de informações de
374 empreendedores, nomes de empresa, etc. E como está sendo
375 transmitido pelo *Youtube*, estou acompanhado também pelo *Youtube*,
376 como fica essa questão da privacidade dos envolvidos nessas questões
377 que serão discutidas?” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
378 “Conselheiro, pode repetir, por favor, o questionamento?” Conselheiro
379 Eduardo José Azevedo: “A minha dúvida é com relação a privacidade
380 das informações dentro de uma reunião virtual. Essa reunião que está
381 sendo, vamos dizer assim, transmitida e nós vamos discutir nomes, falar
382 de coisa que... É a primeira vez que estou participando, como é essa
383 questão da privacidade de dados e informações?” Presidente Rafael
384 Rezende Teixeira: “Conselheiro, eu já teria que passar a palavra para
385 uma manifestação da Assessoria Jurídica da reunião, Doutor José
386 Augusto, vou fazê-lo agora para a resposta ao seu questionamento e já
387 fazer a manifestação. Eu gostaria só de, antemão, colocar um
388 posicionamento que foi passado aqui pelo suporte da reunião de que
389 alguns sistemas de *site* do nosso Sistema Estadual de Meio Ambiente
390 estão passando por algumas manutenções, isso é concernente ao que o
391 Conselheiro Lucas Trindade do MP disse, mas isso já está sendo
392 resolvido e em breve a gente já vai ter a manutenção devida, com o
393 devido acesso às informações que foram levantadas. Doutor José
394 Augusto, por gentileza.” José Augusto, SUPRAM / ASJUR: “Boa tarde a
395 todos os Conselheiros, Presidente. Acho que é importante pontuar
396 algumas questões que os Conselheiros trouxeram. A princípio, o
397 primeiro ponto que acho importante esclarecer: o Conselheiro
398 Wellington, da SEAPA, disse que teve dificuldade de acesso à
399 informação no *site* do SISEMA, no *site* da SEMAD, quanto aos itens de
400 pauta desta reunião. E com relação a isso, eu vi, por outro lado, o
401 próprio Conselheiro do Ministério Público, representando o Ministério
402 Público, disse que conseguiu acessar os termos desta reunião. Essas

403 informações estavam públicas no *site* da SEMAD, dentro do prazo de 10
404 dias que o Regimento prevê, para publicidade dos itens de pauta, dos
405 pareceres, e isso estava público no *site* da SEMAD. Tinha uma aba à
406 esquerda do *site* da SEMAD, oficial, tinha a parte COPAM e logo abaixo
407 tinha “acesso remoto”. Neste acesso, a pessoa, qualquer cidadão,
408 conseguiria acessar informações da pauta e todos esses pareceres.
409 Então acredito que, Wellington, talvez tenha sido alguma questão de, às
410 vezes, ter entrado na parte que não seria adequada lá no *site*, mas
411 estava bem claro de que estaria no acesso remoto, a reunião remota.
412 Qualquer dúvida, também, a SEMAD estava à disposição para tirar
413 algumas dúvidas. Tiveram alguns Conselheiros que tiveram algumas
414 dúvidas e eu até apoiei o Núcleo Operacional em algumas dúvidas
415 serem sanadas. Acredito, por exemplo, da EPAMIG. Então só acho
416 importante esclarecer esse ponto dado o direito de informação, o acesso
417 à informação que as reuniões do COPAM devem propiciar para os
418 cidadãos administrados, sendo que caso realmente isso não estivesse
419 disponível no *site*, seria até prejudicial para prosseguimento da reunião,
420 contudo, estava disponível, então acredito que tenha sido uma
421 inviabilidade pontual. Acho importante esclarecer esse ponto. Além
422 disso, a questão que o Doutor Lucas trouxe eu acho que é muito
423 importante, digamos assim, a consideração do princípio da publicidade,
424 ele é um princípio constitucional, inclusive, e pela própria característica
425 das reuniões do COPAM, como sessão pública esse princípio deve ser
426 assegurado, então isso realmente é uma questão importante. E,
427 conforme até algum Conselheiro, se não me engano da OAB, fez essa
428 consideração, de que pela forma como está disponibilizado, tem as
429 vezes uma abrangência considerável, e a informação está pública, está
430 realmente no *site*, na *internet*, tem o acesso à informação, não foi
431 negado nenhum acesso a um cidadão que quisesse ser inscrito e
432 eventualmente participar. Eu entendo o que o Doutor Lucas está
433 trazendo, de desigualdade social, e que, às vezes, pode ter alguma
434 dificuldade de um ou outro cidadão, mas acaba que, também nas
435 sessões públicas presenciais, me parece que isso também é um fator
436 que, talvez, dificulte, porque acaba que, em uma abrangência de 61
437 municípios, talvez uma pessoa que tenha alguma dificuldade, alguma
438 limitação financeira, talvez teria realmente dificuldade para vir
439 presencialmente na reunião. A sessão pública normalmente acontece

440 em Divinópolis, e eventualmente participar, então eu só trago essa
441 consideração de que eu entendo, e acho que isso está sendo uma
442 posição, inclusive, institucional, nem algo em nível regional, tanto que as
443 Câmaras Técnica estão sendo realizadas, as URCs conforme outro
444 Conselheiro disse, e a gente vê, às vezes, até sessões remotas pelo
445 próprio Legislativo, que é, democraticamente, o grande representante da
446 população. Então assim, é um estado diferenciado, situação
447 extraordinária, e eu vejo que houve ações no sentido de buscar viabilizar
448 essa publicidade, talvez, em um certo sentido, isso estar sendo
449 transmitido *online* até se aumente a possibilidade de se ter a
450 participação, mas só gostaria de pontuar, com relação a isso, na minha
451 posição como Diretor Jurídico eu concordo totalmente que o princípio da
452 publicidade deve ser assegurado e isso está sendo uma ação realizada
453 pelo SEMAD e que, a princípio, me parece que eles estão buscando
454 viabilizar o máximo possível de instrumentos para disponibilizar essa
455 informação publicamente e que todo cidadão possa participar. Só acho
456 que é importante pontuar essa situação. E quanto ao questionamento do
457 Conselheiro Eduardo, é só importante dizer que as reuniões do COPAM
458 tem uma característica de sessão pública, então tem uma publicidade,
459 até pelo interesse envolvido, da proteção do meio ambiente. Lógico que
460 se, eventualmente, o empreendedor quiser solicitar na parte do
461 processo um sigilo industrial para assegurar alguma proteção do ciclo
462 produtivo dele, isso, por exemplo, a CONAMA 01/86 dá, digamos, essa
463 proteção quanto a esse aspecto, mas os outros aspectos afetos ao
464 processo de licenciamento, eles têm um caráter público, então, digamos
465 assim, o que vai ser abordado na reunião tem a ver com a avaliação dos
466 impactos ambientais, tem a ver com as questões afetas à busca do
467 desenvolvimento sustentável e do devido processo para expedir uma
468 licença ambiental, então isso tem um caráter público o qual a
469 informação, eventualmente sobre o processo da empresa, isso,
470 inevitavelmente, vai ser abordado em um certo sentido, mas isso faz
471 parte da própria lógica do licenciamento ambiental. Das questões
472 trazidas, acredito que tenham sido, a princípio, esclarecidas na minha
473 fala, sem prejuízos das ações que ficam a cargo da SEMAD, e faço só
474 uma observação que é, inclusive, uma correção em relação a um termo
475 de alguns pareceres que estão na pauta, eles fizeram uma menção com
476 relação ao direito de vista dos Conselheiros. Isso era uma regra até o

477 final de 2019, agora em 2020, houve uma mudança no Decreto
478 47.383/2018, com essa modificação de 2020, ao qual permite aos
479 Conselheiros presentes nesta reunião, caso queiram, na hora dos itens
480 de pauta, realizar o pedido de vista para, eventualmente, avaliar melhor
481 a situação antes de tomar a decisão. Só gostaria de enfatizar esse
482 aspecto, porque é um direito assegurado ao Conselheiro e é importante
483 que isso esteja claro para que cada Conselheiro possa agir dentro de
484 todas as possibilidades e avaliar o que fica mais correto para seu
485 posicionamento. Devolvo a palavra ao Presidente, e caso necessite de
486 mais algum esclarecimento fico à disposição também. Obrigado.”

487 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado, Doutor José Augusto.
488 Não temos mais nenhuma mão levantada, vamos então avançar na
489 nossa pauta.” **5. EXAME DA ATA DA 145ª RO DE 12/12/2019.**
490 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Item 5: exame da ata da 145ª
491 Reunião Ordinária, de 12 de dezembro de 2019. Algum Conselheiro tem
492 algum destaque a fazer em relação a ata a ser votada? Por favor,
493 levante a mão. Sem nenhum destaque por parte dos Conselheiros,
494 partimos para a votação da ata da 145ª reunião. Qual é o voto do
495 Conselheiro da SEAPA, Wellington?” Conselheiro Wellington Dias
496 Silveira: “Favorável. Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
497 “Voto SEDE, Guilherme.” Conselheiro Guilherme Augusto Lemes:
498 “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Voto Karine, SEE.”
499 Conselheira Karine Consuelo Cunha: “Favorável.” Presidente Rafael
500 Rezende Teixeira: “Voto José Tadeu, SEINFRA. Conselheiro José
501 Tadeu, SEINFRA.” Conselheiro José Tadeu La Guardia: “Estou com
502 problemas no “votar”, mas voto favorável.” Presidente Rafael Rezende
503 Teixeira: “Conselheiro Eduardo, EPAMIG.” Conselheiro Eduardo José
504 Azevedo: “Rafael, eu vou me abster, porque é a primeira vez que eu
505 estou participando e não conhecendo o processo do que foi feito.”
506 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, Conselheiro Vitor, SEDESE.”
507 Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Boa tarde, Presidente. Boa
508 tarde, Conselheiros, também me abstenho do processo por não ter
509 participado da reunião.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
510 “Conselheiro Tenente Flávio, PMMG. Conselheiro Tenente Flávio,
511 PMMG. Conselheiro Roger, CREA. Conselheiro do CREA, Roger, qual
512 seu voto?” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Boa tarde,
513 Presidente. Boa tarde a todos, eu também vou me abster neste
514 momento.” Conselheiro 1º TEN. PM Flávio Borges Silva: “Boa tarde,

515 fazendo teste. Tenente Flávio, está dando para ouvir?” Presidente
516 Rafael Rezende Teixeira: “Estamos sim, Tenente. Qual o voto?”
517 Conselheiro 1º TEN. PM Flávio Borges Silva: “Ok, estava com
518 problemas no áudio. Favorável, ok?” Presidente Rafael Rezende
519 Teixeira: “Conselheiro Lucas Trindade, MP.” Conselheiro Lucas Marques
520 Trindade: “Abstenção por ausência.” Presidente Rafael Rezende
521 Teixeira: “Conselheiro Marco Aurélio, Prefeitura de Pains.” Conselheiro
522 Marco Aurélio Rabelo Gomes: “Boa tarde, Presidente. Vou me abster
523 por não estar presente na última reunião.” Presidente Rafael Rezende
524 Teixeira: “Conselheiro Túlio, FIEMG.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá:
525 “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Edécio,
526 FAEMG. Conselheiro Edécio, FAEMG, qual seu voto?” Conselheiro
527 Edécio José Caçado Ferreira: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende
528 Teixeira: “Conselheira Luanna, FEDERAMINAS.” Conselheira Luanna
529 de Fátima Oliveira: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
530 “Conselheiro Héfren, AMPAR.” Conselheiro Héfren Costa: “Abstenção.”
531 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Lucélio, APPA.
532 Conselheiro Lucélio, APPA, como vota?” Conselheira Regina, Grupo
533 AR, como vota? Conselheira Regina, Grupo AR, como vota? Os
534 Conselheiros que estiverem tentando se manifestar e não estão
535 conseguindo, precisam verificar se os microfones estão abertos, para
536 manifestação. Conselheiro Claiton, Associação NORDESTA”.
537 Conselheiro Claiton Majela da Silva Miranda: “Boa tarde, Presidente,
538 boa tarde, Conselheiros, eu vou me abster, pois não estava presente.”
539 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Geraldo, PUC.”
540 Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Abstenção.” Presidente
541 Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Mauro Cruz, UEMG. Conselheiro
542 Mauro Cruz, UEMG, como vota?” Conselheiro Mauro César Cardoso
543 Cruz: “Boa tarde, estão me ouvindo? Eu me abstenho por não ter feito
544 parte da reunião.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok. Conselheiro
545 Leandro Eustáquio, OAB, como vota?” Conselheiro Leandro Eustáquio:
546 “Presidente, tomando posse hoje, acho que nada mais justo como
547 justificativa para me abster.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
548 “Conselheiro Lucélio, APPA, como vota? Conselheiro Lucélio, gentileza
549 verificar se o microfone está aberto para manifestação do seu voto. Nós
550 estamos recebendo a informação aqui que se não tiver condições, não
551 conseguir se pronunciar no telefone, pode fazer a votação pelo *chat*, a
552 moderação vai contabilizar o voto. Conselheira Regina, do Grupo AR.
553 Conselheiro Lucélio, APPA, pode fazer o voto com manifestação pelo
554 microfone ou pelo *chat*. Conselheira Regina, Grupo AR, pode fazer a
555 manifestação pelo microfone ou pelo *chat*. Enquanto eles não se
556 manifestam, eu queria pedir ao Conselheiro Geraldo a justificativa pela
557 abstenção.” Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Como estou

558 tomando posse hoje, a abstenção se faz necessária, não participei da
559 reunião anterior, porque não era Conselheiro ainda.” Presidente Rafael
560 Rezende Teixeira: “Conselheiro Héfren, da AMPAR, justificativa pela
561 abstenção.” Conselheiro Héfren Costa: “Devido à posse ser hoje,
562 também não participei da reunião passada, por isso faz-se necessária a
563 abstenção.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo:
564 “Presidente?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pois não”
565 Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Por gentileza,
566 desculpe. Se possível, gostaria de rever, porque eu não estive presente,
567 mas o colega do CREA esteve na reunião e eu gostaria de votar
568 favorável, ele participou da reunião.” Presidente Rafael Rezende
569 Teixeira: “Roger, CREA, voto favorável.” Conselheiro Roger Alexandre
570 Nogueira Gontijo: “Isso, por favor.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
571 “Conselheiro Lucélio, APPA, considerado ausente da votação, assim
572 como a Conselheira Regina.” Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende
573 Silveira: Rafael, eu estou vendo a Regina aqui, na sala. Ela está aqui.”
574 Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Lucélio também está
575 presente.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Lucélio
576 informou que vai votar pelo *chat*. Peço a manifestação da Conselheira
577 Regina, do Grupo AR. Pode ser feita por voz ou pelo *chat*. Conselheiro
578 Lucélio acaba de votar pelo *chat*, aprovado. Conselheira Regina, poderia
579 votar pelo *chat*, para captarmos seu voto? Conselheira Regina?” Geisa,
580 da Secretaria Executiva SEMAD: “Senhor Presidente, o senhor está me
581 ouvindo? Senhor Presidente, nós entramos em contato com a senhora
582 Regina, ela encontra-se na sala, porém nós ligamos para ela e não
583 estamos conseguindo contato. Por este motivo, a senhora Regina,
584 durante esta votação, está ausente, ok?” Presidente Rafael Rezende
585 Teixeira: “Ok, então. Conselheira Regina, Grupo AR, considerada
586 ausente, impossibilidade de manifestação do voto, contudo, temos 10
587 votos a favor, aprovando a ata, nove abstenções e um não
588 comparecimento, uma ausência. Está aprovada a ata da 145ª Reunião
589 Ordinária. Prosseguimos com a nossa pauta.” **7. AS UNIDADES**
590 **REGIONAIS COLEGIADAS (URCS) E A POLÍTICA PÚBLICA**
591 **AMBIENTAL REGIONALIZADA. APRESENTAÇÃO: SEMAD.**
592 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pessoal da moderação, pretendo
593 fazer uma inversão de pauta, queria saber se os responsáveis pela
594 apresentação do item 7 já estão a postos para realizar essa
595 apresentação. As Unidades Regionais Colegiadas e a Política Pública
596 Ambiental Regionalizada. A moderação pode me informar isso?”
597 Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz: Rafael? Boa tarde, é Mauro
598 que está falando. Eu sou responsável pela apresentação do ponto 7 da
599 pauta. Só gostaria de confirmar se o Breno Esteves está conectado,
600 porque talvez ele faria uma primeira apresentação, senão eu faço o

601 papel dele também. Mas posso apresentar o item 7, com certeza.”
602 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “O Breno não parece estar na
603 reunião. O Breno não está na sala.” Mauro Manzali Bonaccorsi,
604 ASGER/SEMAD: Certo, então eu vou fazer a apresentação, correto?”
605 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Correto.” Mauro Manzali
606 Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: Estou carregando a apresentação.
607 Certo? Antes deixa eu me apresentar. Boa tarde a todos, boa tarde,
608 Presidente Rafael, boa tarde Conselheiros. Sejam bem-vindos ao
609 SISEMA, esperamos que estejam sendo bem acolhidos no início deste
610 mandato. Torcemos para que tudo transcorra bem para os senhores.
611 Boa tarde também aos servidores que estão acompanhando a reunião e
612 boa tarde também para os membros da sociedade que, eventualmente,
613 estejam acompanhando a nossa reunião. Vou colocar a apresentação
614 em “full” para ficar mais fácil o acompanhamento de todos. Tudo bem,
615 gente? Posso começar? Então vamos lá. Eu sou Mauro Manzali
616 Bonaccorsi, sou da Assessoria Gestão Regional Ambiental da SEMAD,
617 trabalho em Belo Horizonte. A nossa assessoria, que é vinculado ao
618 secretário, ao gabinete da Secretaria, tem três atividades, três frentes de
619 atuação. A primeira delas é a realização de acompanhamento de
620 atendimento das solicitações dos órgãos de controle e da AGE, para fins
621 de subsidiar as defesas do estado e também para se dar uma
622 apresentação de posicionamento do cidadão que procura a ouvidoria.
623 Ao final dos *slides*, nós vamos falar sobre o painel de monitoramento da
624 ASGER e nele consta algumas destas atividades. Então a primeira é
625 essa, a segunda frente de trabalho da ASGER é feita pelo Núcleo de
626 Apoio Operacional da ASGER e ela se concentra na revisão de
627 procedimentos e processos internos para os fins de padronização e
628 otimização dos trabalhos. Um exemplo deste tipo de trabalho é
629 justamente a organização nas reuniões de URC, foi um objeto de
630 trabalho do Núcleo de Apoio Operacional, de forma a trazer
631 padronização e utilização dos meios eletrônicos, dos recursos que nós
632 temos à disposição para fazermos de forma mais célere e segura a
633 condução, tanto da preparação, da condução da reunião e depois a
634 publicação das deliberações. E a terceira frente de trabalho da ASGER
635 ela é justamente feita pelo núcleo do qual eu faço parte, que é o Núcleo
636 de Estratégias Regionais, e que se faz a elaboração de ferramentas e
637 estudos, e o apoio para se fazer políticas públicas ambientais
638 regionalizadas. Não se preocupem que ao final da reunião vou explicar
639 como se dará uma resposta ao questionário que será feito pelos
640 senhores, através de um *link* pelo formulário do *Google*. E também
641 fiquem tranquilos, eu até indaguei um dos Conselheiros hoje mais cedo,
642 na reunião, aqui no *chat*, se eles já haviam recebido essa apresentação
643 de *slides* e um documento em PDF, que vai alicerçar os senhores no

644 trabalho de responder ao questionário para a ASGER. Por que nós
645 estamos fazendo esse trabalho? Para dar o pontapé inicial. A gente
646 precisa conhecer qual o posicionamento de cada um dos senhores, de
647 forma a se formar uma agenda de políticas públicas regionalizadas para
648 a região do Alto São Francisco. Bom, vamos começar então a nossa
649 apresentação. No ano de 2007, na SEMAD, quando falo SEMAD
650 também são as casas, porque as Casas acabam que estão todas, as
651 sedes, juntas as da SEMAD, que são a IEF, a IGAM e a FEAM. Então
652 começou, em 2007, um evento de palestras que chamava 'Bate-Papo no
653 SISEMA', e dada a importância do tema políticas públicas ambientais foi
654 convidado o renomado Sociólogo Rudá Ricci e também a Professora e
655 Pesquisadora da Fundação João Pinheiro, Telma Menicucci, para
656 promover o primeiro debate interno sobre o tema políticas públicas
657 ambientais, e os dois palestrantes bateram na tecla de se ver política
658 pública com gestão participativa. É um processo contínuo de construção
659 e reconstrução de políticas públicas. Para os senhores verem como é
660 importante esse tema, por ser justamente o primeiro. E para se fazer
661 essa participação das pessoas, elas envolvem o exercício da cidadania,
662 daí onde o destaca da Rudá Rucci que 'não há gestão participativa sem
663 educação', porque está atrelado dentro da educação o valor cidadania, e
664 a Telma destaca a 'gestão participativa como o melhor mecanismo para
665 que as políticas do dia-a-dia reflitam o interesse de todos, o interesse
666 coletivo'. Vamos ver agora as competências da URC. Entre as várias
667 competências que eu acredito que hoje o nosso Diretor Regional de
668 Controle Processual, vai apresentar, o José Augusto, nós temos aqui
669 entre as competências aquelas que são voltadas justamente para se
670 fazer política pública regionalizada. Vou me dispensar a lê-las aqui, no
671 material escrito os senhores vão ver, mas estão aí, destacados em
672 negrito todas essas: propositura de normas, acompanhamento e
673 monitoramento de unidade ambiental, recomendação de ações, de
674 acordo com os cenários que vão ser observados a luz de um
675 zoneamento econômico da região, etc. Então, em resumo, nós teremos
676 aqui as políticas públicas ambientais sustentadas em um tripé de ações,
677 que os senhores poderão realizar. Eu chamo atenção, não está no *slide*,
678 é que quando a gente fala em política pública ambiental regionalizada os
679 senhores não pensem que são apenas as questões ambientais como
680 problemas, quais são os problemas da região que temos que enfrentar.
681 Sim, eles também são objetos para fazer políticas públicas ambientais,
682 mas também nós temos que vislumbrar as oportunidades, oportunidades
683 em que com um pequeno investimento você vai promover o
684 desenvolvimento sustentável em um aspecto da região, e com isso
685 promover, paralelamente, qualidade ambiental, então só tenham isso em
686 mente para não pensar apenas nos problemas ambientais da região.

687 Então, voltando aqui, os Senhores Conselheiros podem atuar através
688 desse estabelecimento de normas secundárias, de acordo com as
689 especificidades das regiões, então vocês podem aumentar os critérios
690 para se fazer uma concessão de uma licença, ou concessão de uma
691 outorga, de acordo com as especificidades e com fundamentação. Outra
692 forma, do tripé das políticas públicas, se dá através dos arranjos
693 institucionais, o que seria isso? São os senhores, que são membros,
694 estão atuantes e vivem na região do Alto São Francisco, identificar
695 setores, sejam de instituições públicas, sejam de instituições privadas,
696 que já vem desempenhando algum papel, buscando uma melhoria da
697 qualidade ambiental e de alguma forma poder promover a sinergia,
698 convergir esforços para a gente alcançar com mais brevidade e menos
699 oneração de recursos um determinado objetivo de política pública. E o
700 terceiro aspecto seria em relação a essas proposituras de ações,
701 estudos, para a gente poder fazer um monitoramento, um
702 acompanhamento que se possa desenvolver a qualidade ambiental
703 dentro da região. Então vamos lá, para se falar de políticas públicas nós
704 temos que, também, pensar em aderência, em estar caminhando juntos
705 nisso com o que o Estado de Minas Gerais pensa a respeito de políticas
706 públicas. E como se identifica isso? Nós temos então o PMDI, Plano
707 Plurianual de Ação Governamental, o que está em vigência abrange o
708 período de 2019 a 2030. Junto ao PDMI, temos os diagnósticos que
709 constituem anexo do PMDI, e neles os senhores têm uma série de
710 indicativos, de indicadores, para se promover, não só no aspecto
711 ambiental, mas de todos, desenvolvimento econômico da região. Ele é
712 feito de forma setorial, trabalhamos regionalmente. E temos, com isso, o
713 Plano Plurianual de Ação Governamental, que ele abrange o que deve
714 se fazer desse PMDI nos próximos quatro anos. Então o PPAG em vigor
715 está contemplando os anos de 2020 a 2023. E outro lado, como a gente
716 vai fazer? Basta ter os planos e ações? Não, nós temos que saber,
717 também, como se dá o financiamento, então o orçamento para se
718 implementar as políticas que o estado estabeleceu e que vai buscar
719 executar. Então eles estão na LDO e na LOA. Vamos passar para
720 frente. Como se dá, então, no SISEMA? O SISEMA ele também tem
721 seus objetivos estratégicos, assim como o estado, e esses objetivos
722 foram reunidos no mapa chamado, deu-se o nome de “Mapa do
723 Caminho”. Os senhores podem ver que ele tem fundamentos de
724 objetivos estratégicos em aprendizagem e conhecimento, que está na
725 base. Temos também os processos internos das quatro casas que
726 compõem o SISEMA, os senhores podem até identificar formas de os
727 senhores trabalharem a política pública dentro desses processos
728 internos. Temos, ainda, o fundamento de público alvo, objetivos
729 estratégicos voltados para empreendedor, para governo, para cidadão e

730 também para as entidades representativas e ONGs e, no alto, o ápice
731 desse mapa do caminho nós temos o fundamento “Qualidade Ambiental
732 e Sustentabilidade”. Que na verdade é o todo, todos os outros objetivos
733 estratégicos que se encontram no “Mapa do Caminho” eles se
734 convergem para promover a melhoria da qualidade e sustentabilidade
735 ambiental em Minas Gerais. Então aqui nós temos os objetivos
736 estratégicos. No próximo *slide* nós vamos ver os macroprocessos
737 finalísticos do SISEMA, e eles buscam o que? Organizar em processos
738 como se vai fazer, como se perseguir esses objetivos estratégicos.
739 Então nós temos três macroprocessos finalísticos voltados às atividades
740 fins e temos o macroprocesso de suporte, que é da atividade e meio,
741 mas que sem ele seria muito difícil a gente conseguir trabalhar os
742 macroprocessos finalísticos, então eles também têm a sua devida
743 importância. O trabalho dos senhores, bem como os dos dirigentes das
744 quatro casas que compõem o SISEMA estariam mais voltados para
745 estratégias e políticas ambientais, como vocês podem ler, são essas
746 pessoas, esses atores que vão trabalhar se voltando para traçar
747 estratégias e também as políticas públicas ambientais. No segundo
748 macroprocesso finalístico nós temos uma variedade de gestões que são
749 promovidas pelos diferentes setores de cada uma das casas do
750 SISEMA. Os senhores podem ver gestão da qualidade do solo, a
751 questão de resíduo sólido, é com a FEAM. Gestão da qualidade do ar
752 também é com a FEAM, mas quando se fala de afluentes, é recursos
753 hídricos. Temos também a questão que são as pautas do IEF, que são
754 gestão da flora, gestão da fauna, e temos também dentro desses
755 processos finalísticos que buscam a conservação, preservação e
756 recuperação de recursos naturais os trabalhos da regularização
757 ambiental e da fiscalização ambiental, que hoje estão concentrados na
758 SEMAD. O último dos macroprocessos finalísticos nós temos a parte
759 voltada para a produção científica. Sim, o SISEMA se volta também para
760 essa produção científica, busca-se inovação. Então temos, por exemplo,
761 o SLA, que é o licenciamento ambiental digital, temos aqui também,
762 como produção científica, a revista mineira de recursos hídricos, que é
763 uma publicação reunindo artigos, até científicos, produzida
764 semestralmente pelo IGAM. E temos então, uma vez demonstrado aos
765 senhores os objetivos e os processos, como faz para se executar, nós
766 temos, então, voltando agora para nossa política pública ambiental
767 regionalizada, a importância de algumas ferramentas que os senhores
768 devem conhecer. Elas são: a Infraestrutura de Dados Espaciais,
769 IDE/SISEMA, que reúne mais de 100 camadas no mapa, indicam onde
770 os senhores vão encontrar inúmeros indicadores, seja de qualidade de
771 água, seja de fauna, flora, seja de desenvolvimento, quais atividades
772 econômicas que são desempenhadas em cada região, então o IDE está

773 no *site*. Os senhores não se preocupem, estou até lembrando, desde o
774 primeiro *slide*, em que falo do PMDI, da LOA, até aqui, e em todos os
775 *slides*, vão estar no documento escrito que vai ser disponibilizado e
776 encaminhado para os senhores, vão estar os *links* que os senhores vão
777 poder facilmente acessar cada um desses documentos, querendo
778 examiná-los para a gente poder desenvolver o trabalho depois de
779 formação de agenda. Então nós temos aqui o relatório anual de controle
780 de fiscalização ambiental, tem uma Avaliação Ambiental Integrada,
781 Avaliação Ambiental Estratégica, Zoneamento Ambiental Produtivo,
782 Zoneamento Ecológico Econômico e o Relatório de Monitoramento da
783 Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais de 2019. Também
784 para os senhores, é importante conhecer, pois uma das formas de se
785 fazer política pública ambiental é justamente abraçar projetos que ou
786 estão em desenvolvimento ou em vias de serem implementados, então
787 os senhores podem ter conhecimento de que vários projetos estão em
788 curso, hoje, no SISEMA, ainda que em pandemia. Nós tínhamos
789 identificado uma dificuldade: como conhecer os projetos do SISEMA? A
790 Subsecretaria de Gestão Ambiental, vendo que havia dificuldade para
791 conhecer, ela se propôs, em uma diretoria dela, a reunir, fazer um banco
792 dos projetos do SISEMA, para se fazer um controle mais efetivo e,
793 inclusive, facilitar, por exemplo, aos senhores conhecerem os projetos
794 que estão em curso e aqueles que estão em vias de serem
795 implementados. Nesses projetos, como os senhores podem apoiar? O
796 que podem fazer? Auxiliar na forma de captação de recursos, não
797 necessariamente econômico. O trabalho dos senhores pode se
798 desenvolver em relação a projetos, com essa captação de recursos, às
799 vezes nós sabemos que temos Conselheiros que vêm de setores
800 públicos, setores privados e de instituições voltadas para a preservação
801 e conservação de meio ambiente, então às vezes tem, não
802 necessariamente recursos financeiros, mas pode ter outras formas de
803 apoio. Vou exemplificar aqui o que se dá com os Comitês de Bacia
804 Hidrográfica. Nós temos, hoje, muitas parcerias com prefeituras. Elas
805 cedem sala ou imóvel onde se faz todo um trabalho de reunião das
806 pessoas, escritório também, para o trabalho de secretaria desses
807 comitês, e aí o que acontece? O SISEMA vai, uma vez disponibilizado
808 esse espaço, promove a infraestrutura desse imóvel, colocando
809 mobiliário, equipamentos, computadores, fax, telefone, etc. Isso é só
810 para exemplificação, tá senhores? A outra forma que os senhores
811 podem estar trabalhando é fazer a aproximação de atores envolvidos, a
812 interlocução. Às vezes os senhores podem trabalhar reunindo líderes de
813 comunidades envolvidas, levando a questão para eles, buscar-se um
814 engajamento, fazer eventuais parcerias, uma gestão participativa em
815 torno da política pública, o que é, inclusive, salutar para o sucesso da

816 política pública, esse envolvimento. E a outra forma de participação
817 seria através da divulgação desses projetos e ações do SISEMA, dentro
818 das suas regiões de atuação, é buscar o engajamento dessas
819 populações locais. Agora vamos falar um pouquinho da Assessoria de
820 Gestão Regional. Já falei lá no início, mas agora é voltado para a
821 questão das políticas públicas, que é desenvolvido pelo Núcleo de
822 Estratégias Regionais da ASGER. Então nós temos aqui que, entre as
823 atribuições definidas no Decreto 47.787/2019 estão atribuições que se
824 voltam para elaboração de instrumentos e também propiciar o apoio à
825 execução e implementação das políticas públicas ambientais regionais.
826 Então, quais instrumentos a ASGER já está desenvolvendo ou já
827 desenvolveu? Vamos apresentar rapidamente aos senhores o IRA
828 Licenciamento, Índice de Regularização Ambiental. E no que consiste o
829 IRA? Ele consiste, através das fontes dos dados que nós temos e da
830 fiscalização e regularização, nós fizemos aqui uma identificação para
831 cada uma das regiões de Minas Gerais daqueles empreendimentos que
832 sofreram fiscalização, foram alvo de fiscalização, e quais dentre esses
833 autuados buscaram efetivamente, depois, a regularização, uma vez que
834 a fiscalização constatou a irregularidade. Então, se faz, através desse
835 mapeamento, se encontra um índice, o índice de regularização. Esse
836 índice se presta não apenas para identificar quais as regiões estão com
837 mais problemas, persiste a recorrência de irregularidade, mas também
838 para identificar quais, dentre as atividades em que houve uma busca
839 pela regularização, quais atividades econômicas ainda permanecem
840 irregulares. Para que? Isso serve para se fazer política pública. O que
841 pode se fazer para buscar a regularização ao máximo, de todos os
842 setores dentro da região do Alto São Francisco, é isso que é importante.
843 Então, deixar claro para os senhores, nós estamos aqui mais com esse
844 sentido, de se buscar a qualidade ambiental, nós não estamos
845 querendo, nosso trabalho não se confunde com a fiscalização, não é
846 intensificar fiscalização, nosso trabalho é no sentido de se buscar outros
847 mecanismos para a regularização e conservação dos recursos
848 ambientais. Então, voltando ao IRA, nós selecionamos o Alto São
849 Francisco para mostrar aos senhores quais as atividades que têm maior
850 recorrência de irregularidade nesta região. Então nós temos fabricação
851 de explosivos, foguetes e fósforo. Temos uma questão com os aterros
852 sanitários de pequeno porte, são mais recorrentes em relação à
853 licenciamento. Ainda existem, infelizmente, muitos lixões nos municípios
854 mineiros. Temos aqui a questão do licenciamento para as culturas
855 anuais, semiperenes, perenes, silvicultura, cultivos. Então isso vocês
856 podem perceber que se volta para a vocação econômica da região.
857 Dentro do IRA temos um mapeamento, a nível de coordenadas, onde se
858 identifica, os senhores podem ver nas manchas dentro do mapa da

859 região, quais são os municípios e dentro do próprio município quais
860 locais onde há o maior número de recorrência, pessoas que continuam
861 ainda irregulares depois de serem fiscalizadas. O IRA também é
862 disponibilizado, é possível os senhores acessarem quando os senhores
863 lerem o documento escrito, vai ter lá a forma como podem conhecer o
864 IRA Licenciamento. Estamos agora em desenvolvimento com o IRA
865 Hídrico, que consiste na mesma inteligência, mesma metodologia do
866 IRA Licenciamento, só que voltado agora à questão da outorga, e
867 também do cadastro de uso significativo de recurso hídrico. Também
868 temos primeiro uma atuação da fiscalização, em que se verificou
869 irregularidade no uso de recurso hídrico, e depois o trabalho, a fonte que
870 a gente busca na regularização. Se aquelas pessoas que sofreram
871 atuação buscaram efetivamente regularização. Isso também é um
872 trabalho de política ambiental que pode ser trabalhado voltado ao uso
873 racional dos recursos hídricos, para termos, inclusive, a garantia para as
874 futuras gerações, da qualidade do recurso hídrico e a quantidade
875 também. Nós temos aqui, ainda, o projeto que está em curso, uma ação
876 em desenvolvimento, Projeto de Efetividade da Política Autodeclaratória
877 de Licenciamento Ambiental, porque atualmente pelo licenciamento
878 digital nós temos uma série de atividades, pequeno, muito pequeno
879 potencial poluidor, ou as vezes nem tem um potencial poluidor, essas
880 atividades se fazem através de um cadastro, chama LAS Cadastro.
881 Então o que nós vamos fazer agora? Nós queremos fazer uma
882 verificação da correspondência desse LAS Cadastro, se as pessoas que
883 estão cadastradas estão enquadrando corretamente nas suas atividades
884 dentro dos parâmetros para se fazer essa modalidade de licenciamento.
885 Os senhores podem ver, nesta tela seguinte, os processos concluídos
886 em 2018 e 2019, nós temos uma quantidade significativa de LAS
887 Cadastro. O Licenciamento Convencional é aquele em que a atividade
888 ou o porte da atividade ele exige o estudo de impacto ambiental, o
889 RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, e temos os LAS/RAS também.
890 Então verifica-se que 66,3% em 2018 e 61,8% em 2019 são de
891 licenciamentos na modalidade Cadastro. O nosso interesse é de
892 desenvolver uma outra ferramenta para poder trabalhar essa questão.
893 Se está sendo certo, o que pode ser melhorado. O importante é os
894 empreendedores estarem licenciados de forma correta. Nós temos aqui
895 também o Projeto Ordenamento Territorial Dinâmico, esse é um projeto
896 importante, porque ele já tem, inclusive, uma provisão de verba para
897 execução desse projeto, e ele é voltado para desenvolvimento de
898 políticas públicas ambientais regionalizadas, então, para os senhores
899 conhecerem, existe esse projeto, que está em curso. A Assessoria de
900 Gestão Regional também desenvolveu um painel em que há vários
901 critérios, vamos dizer, atribuições, relatório gerencial, o IRA está aqui,

902 senhores, podem acompanhar também acessando por aqui,
903 atendimento ao cidadão, Ouvidoria Ambiental, Advocacia do Estado,
904 então quando eu falei que tínhamos o acompanhamento do atendimento
905 das demandas da AGE e da ouvidoria, aqui estão. Os senhores
906 acessando aqui vão ver as entradas e as saídas de processos, então
907 também constituem instrumento e indicadores para a região dos
908 senhores, para trabalhar. Temos os projetos da ASGER e os Relatório
909 Gerencial abrangendo os períodos de 2016 a 2020. No final, como eu
910 tinha dito para os senhores, estamos chegando ao final da
911 apresentação, os senhores podem ficar tranquilos, as dúvidas eu vou
912 dar a palavra para questionamentos agora, mas fiquem tranquilos,
913 porque vocês vão receber o material, dentro deste material tem todos os
914 *links*, no material também tem nossos contatos, os senhores vão ver
915 quem são os membros da ASGER, os contatos, os *e-mails*. Não hesitem
916 em contatar a gente, nós estamos aqui justamente para trabalhar em
917 apoio aos senhores. E como nós vamos trabalhar a política ambiental
918 regionalizada dentro da região do Alto São Francisco? Assim como nas
919 outras URCs nós também estamos desenvolvendo, paralelamente, este
920 mesmo trabalho. Em princípio, é importante ouvir os senhores. Nós
921 fizemos um pequeno questionário, que pode ser acessado através deste
922 *link*, os senhores vão ter acesso tanto no material em PDF quanto nesta
923 apresentação de *slide* que vai também estar disponibilizada para os
924 senhores. Então os senhores vão responder este questionário, e a gente
925 está solicitando que se faça isso em um prazo de 20 dias, e através dele
926 a gente vai estudar, saber qual é a opinião o entendimento de cada um
927 dos senhores, de acordo com a vivência dos senhores, para a gente
928 poder dar o pontapé inicial de formar uma agenda de política pública
929 ambiental regionalizada para o Alto São Francisco. Entra tudo na
930 agenda? Não entra tudo não, a gente tem que trabalhar de acordo com
931 o que a gente pode fazer, mas temos que fazer, não vamos não fazer,
932 mas vamos buscar o consenso entre os membros para poder
933 desenvolver um trabalho bacana. É isso, agradeço, dou a palavra ao
934 Presidente e me coloco a disposição para poder responder às perguntas
935 e dúvidas dos senhores, muito obrigado.” Presidente Rafael Rezende
936 Teixeira: “Obrigado, Mauro. Conselheiro Geraldo Tadeu da PUC tinha
937 escrito no *chat* que não estava conseguindo visualizar o mapa da
938 apresentação, Mauro.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Os
939 slides vão ser encaminhados pela Sirlene, a Secretária Executiva da
940 URC Alto São Francisco, ela vai encaminhar tanto os slides quanto um
941 documento em PDF. Sugiro e é importante que os companheiros leiam
942 antes de responder às perguntas.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
943 “Ok. Só um segundo, Mauro, preciso perguntar aos Conselheiros se
944 algum deles tem alguma dúvida, por gentileza levantar a mão.

945 Conselheiro que tiver alguma dúvida quanto à apresentação do item 7
946 da nossa pauta, por gentileza levantar a mão virtual. Conselheiro
947 Eduardo Correa, EPAMIG.” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Mauro,
948 primeiro gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho, não sabia que isso
949 existia dentro do órgão ambiental. Muito importante essa integração.
950 Aqui da EPAMIG na Escola Agrícola nós temos um viveiro que não está
951 muito ativado. Nós temos salas de uma escola com uma estrutura bem
952 interessante, então acho que seria interessante até para região, caso de
953 treinamentos ou algum tipo de coisa assim, aquilo que você falou, que
954 não necessariamente precisa ser recurso financeiro, mas pode ser um
955 recurso como uma sala, um prédio para um alojamento para fazer
956 treinamentos. Eu acho que é uma estrutura do estado, e acho
957 interessante essa região que nós estamos, no Alto São Francisco, que é
958 muito importante, porque ela é realmente o berço do nosso grande e
959 velho Chico, o nosso rio maior do Brasil, então nós temos que proteger
960 essa área, e aí a EPAMIG, EMATER e até o SISEMA todo o sistema
961 deveriam se integrar mais, o sistema de agricultura e o sistema de meio
962 ambiente, para quando a gente fala em desenvolvimento sustentável, é
963 isso: poder o produtor usar racionalmente, não é conservar,
964 simplesmente. Conservar você impede, para, põe em uma redoma e
965 ninguém mexe. Agora desenvolver sustentavelmente é usar os recursos
966 com inteligência, com técnica, ao longo prazo, então acho que o sistema
967 de agricultura do estado e o sistema de meio ambiente do estado tem
968 um papel crucial na nossa produção agropecuária, com agroflorestas,
969 agroecologia, etc.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD:
970 “Perfeito, Eduardo. Concordo. E quando a gente trabalha meio
971 ambiente, nós nunca podemos esquecer o lado social e econômico.”
972 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Mauro, muito obrigado. Com isso
973 nós vencemos o ponto 7 da nossa pauta. Nós havíamos feito uma
974 alteração aqui, o 7 ocorreu antes do 6, nós vamos partir para o ponto 6
975 da nossa pauta.” **8. SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL -**
976 **SLA. APRESENTAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO**
977 **AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD.**
978 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Mas primeiro eu preciso informar
979 aos Conselheiros que, se tratando da primeira reunião do ano, e a
980 primeira reunião dos Conselheiros que foram empossados hoje, nós
981 estamos com um volume extenso de pautas positivas. E nós tínhamos
982 uma pauta, vocês podem verificar o item 8, que é sobre o Sistema de
983 Licenciamento Ambiental, um novo e revolucionário sistema de
984 licenciamento totalmente online da SEMAD, hoje, nós temos o Daniel
985 Gonçalves da SUPRAM, para fazer essa apresentação para nós, mas
986 devido à pauta tão extensa, eu, dentro da competência que me foi
987 delegada, estou retirando de pauta o item 8. Nós vamos tratar deste

988 assunto, vamos poder prestigiar a apresentação do Daniel, tenho
989 certeza, em uma outra oportunidade, em uma outra reunião de URC, tá
990 ok, pessoal? Então retirado de pauta o item 8.” **6. FUNÇÃO E**
991 **ESTRUTURA DO COPAM: REGIMENTO INTERNO (DELIBERAÇÃO**
992 **NORMATIVA COPAM Nº 177/2012). APRESENTAÇÃO: SUPRAM**
993 **ASF.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Vamos agora ao item 6,
994 Função e Estrutura do COPAM: Regimento Interno (Deliberação
995 Normativa COPAM nº 177/2012). Apresentação pela SUPRAM Alto São
996 Francisco, Doutor José Augusto, por favor.” José Augusto, SUPRAM /
997 ASJUR: “Prezados, boa tarde. Vou só disponibilizar agora a
998 apresentação conforme o Mauro também fez. Vocês conseguem ver o
999 slide aberto?” Conselheiro Guilherme Augusto Lemes: “Sim” José
1000 Augusto, SUPRAM / ASJUR: “Vamos então fazer uma breve
1001 apresentação, inclusive, pelo fato de terem tomado posse novos
1002 Conselheiros para o Conselho Regional do COPAM. Iremos tratar, de
1003 certa forma, resumidamente, alguns aspectos importantes do Regimento
1004 Interno do COPAM, que é a deliberação normativa 177/2012, do
1005 COPAM, que disciplina as regras de como realmente é a condição dos
1006 trabalhos pelo conselho. É uma norma de 2012, nós sabemos que,
1007 posteriormente a ela, foi publicado um Decreto Estadual 46.953/2018, e
1008 que foi a última norma que regulamenta sobre o COPAM, a nível de
1009 Estado de Minas Gerais, e ele define então a estrutura do Conselho
1010 Estadual de Política Ambiental, o COPAM. Presidência, Secretaria
1011 Executiva, Plenário, Câmara Normativa e Recursal, que é a instância
1012 Recursal do COPAM, digamos assim. Além disso, também elabora
1013 normas, criação de DNs, novas DNs, então é uma Câmara importante
1014 que entregue o COPAM. Por exemplo, a Deliberação Normativa 217 do
1015 COPAM, que define quais atividades são potencialmente poluidoras, e,
1016 portanto, passíveis de licenciamento ambiental, foi uma deliberação
1017 aprovada neste conselho, depois de ampla participação e ela é uma
1018 Câmara a qual este tipo de norma perpassa. Além disso, temos as
1019 Câmaras Técnicas Especializadas. Elas decidem, por exemplo, o
1020 processo de licenciamento ambiental enquadrados em classe 5, classe
1021 6, conforme os enquadramentos da Deliberação Normativa 74/2004, e
1022 também para empreendimentos classe 6, classe 5 e classe 4 porte
1023 grande, enquadrados na DN 217/2017 do COPAM. Então é uma
1024 instância que aprova os licenciamentos ambientais de maior magnitude,
1025 em nível de estado, com essa participação paritária do conselho
1026 também, aí ele é dividido por tipologias, pela característica dos
1027 empreendimentos. Por exemplo, a Câmara de Atividades Minerárias,
1028 CMI, ela trata de processos de licenciamento de mineração. Por sua
1029 vez, a Câmara de Atividades Industriais, a CID, trata de
1030 empreendimentos industriais, e por sua vez, então, tem cada Câmara

1031 Técnica especializada para, por meio de um conselho paritário, avaliar o
1032 processo de licenciamento analisado nas SUPRAMs e decidir sobre a
1033 concessão ou não da licença ambiental quanto a algum
1034 empreendimento. Por sua vez também, conforme consta no Inciso 6,
1035 existem as URCs, que são as Unidades Regionais Colegiadas, que são,
1036 digamos, uma regionalização do COPAM para abordar e decidir
1037 algumas questões referentes tanto a licenciamento, Auto de Infração e
1038 outras questões de agenda ambiental. Quanto ao regimento, a
1039 deliberação 177-2012 tem vários itens, recomenda-se bastante a leitura
1040 aos Conselheiros depois, se for possível, façam a leitura da íntegra da
1041 norma, tanto do Decreto 46.953 quanto da Deliberação Normativa 177.
1042 Basicamente os normativos que regem a questão referente ao COPAM
1043 é a Lei 20.972/2016, abaixo da Lei tem o Decreto Regulamentador e a
1044 DN que define o regimento. São todas as normas importantes para os
1045 Conselheiros, para o exercício de sua função pública, possam conhecer
1046 melhor e executar suas atividades e suas ações junto a este conselho
1047 da URC. Bom, alguns pontos relevantes de tratar são as questões de
1048 quórum de instalação, quórum de deliberação. O quórum de instalação é
1049 o número mínimo necessário de Conselheiros presentes em uma
1050 reunião para reunião começar. A regra é a maioria absoluta dos
1051 membros, então uma vez tendo um número x, tendo metade + 1 a
1052 reunião está permitida para começar, como ocorreu no presente caso.
1053 Por sua vez, o quórum de deliberação considera a possibilidade de
1054 votação, sendo que para aprovação de algum item basta maioria
1055 simples, que é a maioria dos presentes. Então eventualmente depois de
1056 instalado, o quórum tiver algum, eventualmente, Conselheiro ausente,
1057 então para aprovação vai ser considerada a maioria presente para a
1058 deliberação de algum item de pauta, por exemplo, algum recurso de
1059 arquivamento de processo, de deferimento de LAS RAS, são objetos da
1060 pauta desta reunião. Além disso, existe a questão da ordem dos
1061 trabalhos. A pauta é publicada, tem os números dos itens de pauta,
1062 poderia seguir numericamente, um a um, mas existe também a
1063 possibilidade de inversão caso seja verificado algum motivo justificado
1064 ou ele pode ser eventualmente modificado para uma melhor condução
1065 dos trabalhos e o Presidente vai trazer isso ao Conselho e não havendo
1066 óbice isso é realizado na reunião. Além disso, tem a questão de retirada
1067 de ponto de pauta, foi algo que, inclusive, aconteceu nessa reunião. Se
1068 eventualmente se verificar algum motivo que justifique que o item trazido
1069 a princípio na pauta seja retirado e volte em uma próxima reunião, isso é
1070 uma possibilidade da qual o Presidente da sessão, da reunião, pode
1071 fazer fazendo a justificativa. No caso, nós verificamos pelas próprias
1072 características, a primeira reunião, na modalidade remota, e as questões
1073 que o Presidente já trouxe que justificaram que o item referente à

1074 apresentação do Sistema de Processo Eletrônico, SLA, ecossistemas,
1075 fosse retirado da presente pauta para retorno em uma próxima. Além
1076 disso, temos a questão do julgamento em bloco, também é uma
1077 possibilidade que pode ocorrer na reunião. Normalmente o que ocorre: é
1078 feita uma leitura de todos os itens de pauta, e uma vez que alguns itens
1079 não tenham nenhuma consideração, seja de um inscrito, um
1080 representante do empreendimento, um cidadão ou mesmo não tendo
1081 uma observação da SEMAD, da SUPRAM ou do Conselheiro, algum
1082 Conselheiro entenda que para esse item está tranquilo, não precisa
1083 questionar nenhum ponto, então esses itens sem questionamento
1084 podem ser eventualmente votados em bloco para otimização dos
1085 trabalhos, para que esses itens sejam já resolvidos, digamos assim,
1086 deliberados de maneira unificada. Essa é a situação da votação em
1087 bloco, então por exemplo: quatro itens dessa reunião, caso um item, ou
1088 dois, ou três não estivessem em destaque, poderiam já ser votados
1089 todos em conjunto, com o referencial do parecer trazido pela SUPRAM,
1090 então se votaria ou conforme o parecer ou contrário ao parecer sugerido
1091 pela SUPRAM. Lembrando que os pareceres trazidos pelo órgão
1092 licenciador, pelo Núcleo de Auto de Infração que também eventualmente
1093 podem atuar nesses processos de URC, nas decisões de URC, eles são
1094 sempre sugestivos, o conselho que detém a autonomia e a autoridade
1095 para decidir. A gente traz a informação, mas a decisão fica a cargo do
1096 conselho, com a fundamentação e com discernimento devido existe a
1097 possibilidade de não necessariamente seguir o que o parecer da
1098 SUPRAM propõe, mas caso as razões trazidas sejam válidas não há
1099 porque não considerar, só para tentar deixar o mais claro possível a
1100 própria dinâmica da reunião. Existe a possibilidade de pedido de vistas,
1101 que caso algum Conselheiro queira avaliar algum item de pauta com
1102 mais tempo, com mais calma, ele pode pedir a vista do processo, ter
1103 acesso ao processo na íntegra, todas as informações, e na próxima
1104 reunião ele normalmente traz um parecer de vista trazendo sua
1105 consideração. 'Entendo que apesar do parecer tal, verificando as
1106 informações do processo entendo isso e aquilo' e então efetivar seu
1107 posicionamento como Conselheiro, é um direito assegurado pelo
1108 Conselheiro nessas reuniões de URC. Além disso, existe a possibilidade
1109 de pedido de diligências. Diligências são, eventualmente em um item de
1110 pauta, pode ser visto que alguma questão não ficou suficientemente
1111 esclarecida para o conselho poder votar com segurança. Então o que
1112 acontece? Pode ser eventualmente pedido ou a própria SUPRAM ou
1113 órgão ambiental pode sugerir isso também e o Presidente avalia e, caso
1114 ele entenda 'Não, realmente, para esse caso seria necessária alguma
1115 medida, algum complemento, alguma ação da SUPRAM para que a
1116 questão venha à decisão de maneira satisfatória', então é possível fazer

1117 essa baixa diligência. Baixa diligência é um ato da presidência. Lógico
1118 que o conselho pode pedir ou um Conselheiro solicitar, e a decisão fica
1119 a cargo da presidência, que vai dar uma intimação, se entende cabível
1120 ou não, se entende que a questão foi sanada e está apta para decisão,
1121 para deliberação. Vou tentar otimizar para a gente não delongar demais,
1122 a finalidade é só trazer alguns pontos importantes para orientação, já
1123 que vocês, uma boa parte dos Conselheiros, estão assumindo hoje e
1124 para colaborar, fornecer conhecimento sobre o Regimento do COPAM
1125 para o exercício de suas atividades e até pelo próprio caráter da sessão
1126 pública como uma questão informativa. Então a gente ressalta essa
1127 questão do comparecimento do Conselheiro, que ele tem direito a voto,
1128 existem as previsões também que, dependendo das ausências do
1129 Conselheiro, se o Conselheiro se ausenta das reuniões, se ocorre uma
1130 reincidência do não comparecimento do Conselheiro pode incluir,
1131 primeiro, em uma penalidade de suspensão e, caso reitere, continue se
1132 ausentando, isso pode, inclusive, implicar na exclusão do Conselheiro.
1133 Considerando o papel público da função que é exercida, lógico que
1134 eventualmente pode haver algum impedimento de comparecimento, mas
1135 o sentido do próprio conselho ao ter um titular e dois suplentes é
1136 exatamente que a instituição que é parte do conselho busque o máximo
1137 possível ter algum dos três possíveis representantes que participem,
1138 mas existe a possibilidade de uma eventual ausência e caso ela reitere
1139 várias vezes aí primeiro vai incidir a suspensão e posteriormente um
1140 afastamento ou até exclusão do conselho, mas isso seria de ausências
1141 seguidas, só uma atenção para os Conselheiros terem zelo em função
1142 da própria ação que eles exercem. Com relação à Presidência,
1143 anteriormente ao Decreto 46.953, que é o que define as competências
1144 do COPAM hoje, ele exercia o voto comum, então ele votava cada item
1145 de pauta, agora isso já não mais ocorre, então é importante destacar
1146 isso que a regra geral da presidência é apenas conduzir a reunião, e
1147 quem realmente decide os aspectos votados é o próprio conselho. A
1148 atuação da Presidência seria apenas em caso de voto de qualidade, que
1149 é quando dá o empate, também conhecido como voto de minerva, para
1150 desempatar. Então a atuação hoje da presidência da URC se resume a
1151 isso, mas a votação comum é que seja realizada pelos Conselheiros e
1152 uma vez na votação o que prevalecer em maioria é o que será a decisão
1153 do conselho. Tempo de manifestação: via de regra, o Conselheiro tem
1154 10 minutos para manifestação em cada item de pauta, então se foi
1155 trazido um destaque, isso pode ser abordado conforme o regimento por
1156 até 10 minutos. Da mesma maneira como tem a regra do Regimento,
1157 que aquele comunicado que diz Assuntos Gerais e um prazo de 30
1158 minutos, conforme até foi colocado o relógio na reunião, o Conselheiro
1159 até perguntou para sanar a dúvida. Só para tentar abordar essas

1160 questões para ficar algo mais claro. A questão da Diligência: o
1161 requerimento, por Conselheiro, órgão ambiental de informações,
1162 providências ou esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão
1163 quando não for possível esse esclarecimento em reunião é o motivo
1164 justificador de baixa em diligência. Então se isso foi trazido na reunião e
1165 o órgão não pôde esclarecer, o encaminhamento indicado é que seja
1166 feita a baixa em diligência. Questão de ordem é uma possibilidade de o
1167 Conselheiro trazer um questionamento quanto a interpretação da regra
1168 do Regimento. 'Ah, quanto a isso aqui, gostaria de sanar minha dúvida,
1169 quanto ao regimento, o que o regimento dispõe sobre isso', pode ser
1170 trazida essa questão de ordem que a assessoria e a presidência vão
1171 estar prestando esclarecimento passíveis quanto ao que foi trazido.
1172 Pedido de vista já trouxe, já falei, e, por fim, tem o item moção. Esse
1173 item de moção trata-se de uma manifestação do conselho quanto a
1174 algum aspecto de meio ambiente e que isso pode ser trazido em
1175 reunião, eventualmente aprovado em reunião, isso pode ser levado às
1176 instâncias competentes, seja na SEMAD ou outras. Vou dar um exemplo
1177 de algo que aconteceu na própria reunião da URC do Alto São
1178 Francisco, que houve uma eventual manifestação de alguns
1179 Conselheiros quanto à mudança que houve, sobre as Câmaras
1180 Técnicas, sobre o papel anterior das URCs, que antes decidiam todos
1181 os processos de licenciamento, e agora alguns passaram a ser julgados
1182 pelas Câmaras Técnicas em Belo Horizonte, então é uma possibilidade,
1183 nessa participação das entidades que compõem o COPAM, de serem
1184 trazidas questões para enriquecimento da situação e até uma eventual
1185 evolução do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Então pode ser
1186 questões sobre vários aspectos. Por exemplo: um ato do COPAM
1187 dirigido ao Poder Público em caráter de alerta, quanto a algum ponto
1188 verificado pelos Conselheiros, menção honrosa ou pesara, também
1189 pode ter um sentido positivo, não só necessariamente cobrança, pode
1190 ser também algo de reconhecimento. A questão do voto é importante
1191 destacar que as votações, normalmente quando elas seguem o parecer
1192 da SUPRAM, ela dispensaria uma maior fundamentação, e quando se
1193 contraria algum posicionamento, é importante pela própria motivação
1194 dos atos administrativos ter uma justificativa. É interessante trazer nesse
1195 item da apresentação que os votos de abstenção, conforme parecer da
1196 AGE, também é importante que se justifique, porque está se abstendo,
1197 aí tem até uma parte do parecer da AGE, nº 16.137, que defende a
1198 necessidade da justificativa, mesmo que sucinta, do Conselheiro, do
1199 motivo pelo qual ele está se abstendo, isso foi até trazido pelo Rafael,
1200 como Presidente, e até já votado, por exemplo, naquele da ata e
1201 realmente só para trazer isso um pouco mais, mas eventualmente
1202 qualquer desse tipo de votação, de decisões, seja de deferimento, de

1203 posicionamento favorável, de posicionamento desfavorável, abstenção,
1204 sempre importante a justificativa do Conselheiro. A gente faz só uma
1205 breve abordagem sobre os casos de impedimento e suspeição. São
1206 previsões que existem na Lei de Processo Administrativo e também tem
1207 uma previsão no Regimento COPAM. Na Lei de Processo Administrativo
1208 de Minas, 14.184/2012, e também tem no Regimento, de que em
1209 algumas situações nas quais ficaria incompatível manifestação do
1210 Conselheiro quanto algum item, aí ele deve se abster e não votar, por
1211 exemplo, impedido de atuar em processos que tenha interesse direto ou
1212 indireto, tenha vínculo empregatício com a pessoa jurídica ou física
1213 envolvida na matéria, tenha participado de algum procedimento, então
1214 são todas questões que podem afetar a imparcialidade que o
1215 Conselheiro deve ter para votar. Esteja em litígio contra a parte ou seu
1216 cônjuge, companheiro, ou tem algum vínculo familiar com a parte que
1217 está em decisão, então tudo isso são questões que evidentemente
1218 geram uma perda de imparcialidade e comprometem a votação. Então é
1219 dever do Conselheiro sempre saber, dependendo de cada item de
1220 pauta, de se manifestar. A Lei de Processo Administrativo traz isso bem
1221 claro, não é uma questão que a administração deva ficar lembrando
1222 sempre. A gente está trazendo isso inicialmente, normalmente, às
1223 vezes, até trazem no início da reunião, mas cada um vai ter as
1224 condições de discernir e aferir se está enquadrado nisso, e uma vez
1225 enquadrado é dever do Conselheiro se declarar impedido e exigir outra
1226 opção que é a questão de suspeição, por exemplo: a falta de
1227 comunicação do impedimento constitui falta grave para efeitos
1228 disciplinares. E que pode ser arguida a suspeição de membro do
1229 COPAM que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o
1230 interessado ou com seu cônjuge. Tem a diferença técnica do
1231 impedimento e suspeição, e o impedimento normalmente ele já traz
1232 situações bem objetivas que realmente é só discernir “opa, pera aí, eu
1233 estou enquadrado nisso ou não. Suspeição já é um pouco mais
1234 abrangente, mas todos, lógico, referentes à perda da imparcialidade
1235 para votar e atuar como Conselheiro. Mas nada de mais, se
1236 eventualmente tiver algum item basta se abster e não se manifestar.
1237 Aqui são trazidas algumas questões, o caso da vedação. Vale a pena
1238 citar aqui uma exceção: não se aplica a vedação a que se refere o *caput*
1239 ao funcionário de empresa que não tenha como objeto principal o
1240 desenvolvimento de estudos que subsidiem processos de regularização
1241 ambiental, bem como os que interfiram em assuntos pertinentes à
1242 fiscalização, aplicando-se lhes os impedimentos. Então realmente tem
1243 que ter demonstrado uma vinculação direta. Cita-se também a
1244 possibilidade da situação onde a vedação deverá ser declarada pelo
1245 membro que se enquadre nesta condição e poderá ser suscitada por

1246 qualquer interessado. Então se eventualmente o Conselheiro não disse,
1247 e alguém trazer isso, é direito da parte trazer e caso a vedação não
1248 seja reconhecida será instaurado processo administrativo para
1249 realmente ver se a pessoa é ou não imparcial quanto ao caso. Tem
1250 agradecimentos, esse *slide* foi feito pelo Diretor de Controle Processual
1251 da SUPRAM Norte, até em respeito a gente mantém aqui, está sendo
1252 uma apresentação padrão da SUPRAM, então a gente procura abordar
1253 os aspectos mais sucintos possíveis sobre o regimento. Recomenda-se
1254 veementemente a leitura dessas normas, e essas funções de cada
1255 Conselheiro e coloco-me à disposição caso tenham ou queiram tirar
1256 alguma dúvida, fazer algum questionamento. Depois da apresentação
1257 do item de pauta isso é possível, caso contrário, a pauta pode seguir.
1258 Obrigado.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado, José
1259 Augusto. Preciso perguntar aos Conselheiros se algum Conselheiro tem
1260 alguma dúvida sobre a apresentação do José Augusto: Função e
1261 Estrutura do COPAM: Regimento Interno, gentileza levantar a mão
1262 virtual. Se algum Conselheiro tem alguma dúvida referente à
1263 apresentação, gentileza levantar a mão virtual. Aguardem só um minuto
1264 que nós vamos avançar na nossa pauta.” Presidente Rafael Rezende
1265 Teixeira: “Conselheiros, passamos agora para os nossos itens de pauta.
1266 Nós temos o item 9, que é referente a Exames de Recurso ao
1267 Indeferimento de Licenciamento Ambiental Simplificado e temos o item
1268 10 que é referente ao Exame de Recurso ao Arquivamento da Licença
1269 de Operação Corretiva. O item 9 tem três subitens, três pareceres para
1270 deliberação e o item 10 tem um item. Perdão, temos Conselheiros que
1271 levantaram as mãos virtuais, então referente às dúvidas da
1272 apresentação do José Augusto sobre o Regimento Interno. Conselheiro
1273 Geraldo Tadeu, PUC Minas.” Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende
1274 Silveira: “Por gentileza, uma dúvida: é possível pedir vista em uma
1275 sessão após já ter havido pedido de vista em uma sessão anterior?”
1276 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro, eu perdi o começo
1277 do seu áudio, pode repetir por favor?” Conselheiro Geraldo Tadeu
1278 Rezende Silveira: “Por gentileza, uma dúvida: o Conselheiro pode pedir
1279 vista já tendo havido pedido de vista na sessão anterior a qual ele está
1280 pedindo vista? Vista sobre vista?” José Augusto, SUPRAM / ASJUR:
1281 “Conselheiro, à vista, se não foi solicitada pela instituição, em tese não
1282 haveria óbice, haja em vista que a entidade que está pedindo não teve
1283 acesso a informação. Então para melhor exercício da condição do
1284 Conselheiro para votar isso seria coerentemente aceitável.” Conselheiro
1285 Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Me desculpe, mas falhou o áudio, eu
1286 pensei o seguinte: diante da leitura do parecer de um Conselheiro que
1287 pediu vista, os demais Conselheiros, estando em dúvida, poderiam pedir
1288 nova vista?” José Augusto, SUPRAM / ASJUR: “Conselheiro, em tese,

1289 se a entidade não pediu vista no momento anterior, ela poderia até, em
1290 tese, pedir novamente, pedir no momento. Agora, para otimização dos
1291 trabalhos, que normalmente a gente vê na *práxis*, é que se um
1292 Conselheiro pedir, nada impede que vários Conselheiros tenham vista
1293 ao mesmo tempo, então eu acho que assim, até para uma razoável
1294 duração do processo, por uma melhor, digamos assim, andamento dos
1295 trabalhos, se o Conselheiro achar ‘Não, pera aí, talvez eu ache
1296 interessante de verificar isso também.’, o ideal é já pedir todos juntos.
1297 Se quiser consultar, na SEMIC normalmente tem vista, os Conselheiros
1298 normalmente se um pede os outros interessados pedem junto, é o mais
1299 recomendável para melhor aferição da situação, senão um pede, outro
1300 pede, aí talvez o item demore muito a ser devidamente resolvido. Lógico
1301 que tem o direito de vista, mas é bom também a gente trazer essa
1302 consideração, porque também é constitucional buscar uma razoável
1303 duração do processo.” Geisa, da Secretaria Executiva: “Senhor
1304 Presidente, poderia só complementar a fala do Doutor José Augusto, por
1305 gentileza?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Por favor, Geisa.”
1306 Geisa, da Secretaria Executiva: “O que acontece em relação ao pedido
1307 de vistas. Apenas só para complementar. Geralmente o pedido de vistas
1308 é feito no momento que o Presidente lê a pauta, aí os senhores podem
1309 solicitar vista, entretanto, o retorno de vista só cabe novo pedido de
1310 vistas se houver algum fato novo, se algum dos Conselheiros apresentar
1311 algum fato novo àquele processo ou se for um novo biênio. Então, por
1312 exemplo, se tivesse algum item aqui na pauta que tivesse algum retorno
1313 de vista de algum outro Conselheiro do biênio anterior, ele poderia sim,
1314 por ser um novo conselho, não tendo esses representantes, ele poderia
1315 sim pedir vistas novamente, na verdade, não é novamente, ele estaria
1316 vistas de um processo que ele não pediu porque não existia aquela
1317 entidade no mandato anterior. Por exemplo: pediu vistas hoje aqui, as
1318 entidades solicitaram as vistas, mas mesmo assim vai retornar na
1319 próxima pauta, e eu gostaria de pedir vistas de novo. Não cabe pedido
1320 de vistas neste caso, ok? Então, se a entidade quiser pedir vista, ela tem
1321 que pedir hoje, nessa reunião, e apresentar o relato na próxima, tá bom?
1322 Não cabe pedido de vista na próxima reunião se não houver fato novo,
1323 tá bom? Muito obrigada.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1324 “Conselheiro Geraldo Tadeu, está satisfeito?” Conselheiro Geraldo
1325 Tadeu Rezende Silveira: “Obrigado, esclareceu muito bem. Obrigado
1326 José Augusto, obrigado Geisa.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1327 “Obrigado Geisa e José Augusto. Conselheiro Wellington, da SEAPA,
1328 está com a mão levantada.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “José
1329 Augusto, boa tarde. Eu tenho só uma dúvida em relação a suspeição,
1330 porque, apesar de ser representante da SEAPA, eu sou gerente da
1331 EMATER, e eu tenho um contrato jurídico com a prefeitura, um convênio

1332 com a prefeitura, onde eu e o prefeito, que é o representante da
1333 prefeitura, assinamos o documento, inclusive, com dados pessoais.
1334 Nesse caso, para eu votar em algum processo referentes às prefeituras,
1335 no caso, Carmópolis, caberia suspeição? Porque eu prefiro me abster
1336 do que ser questionado em algum momento.” José Augusto, SUPRAM /
1337 ASJUR: “Conselheiro, a suspeição não é clara igual ao caso do
1338 impedimento. Ela diz uma situação de eventual risco de perda de
1339 imparcialidade. Eu recomendaria sempre essa precaução, porque se
1340 tem, queira ou não, uma atuação sua correlacionada com a parte que
1341 está em decisão, isso pode ser subentendido por alguém que você não
1342 está sendo 100% imparcial para atuar, e aí é sempre bom a cautela. É
1343 difícil sem saber de todas as circunstâncias, mas na dúvida acho que é
1344 melhor, até para o próprio Conselheiro não correr um risco
1345 desnecessário, seria isso.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1346 “Conselheiro Wellington, SEAPA, pode abaixar a mão virtual, por favor,
1347 e agora dou voz ao Conselheiro Vitor Leles, da SEDESE.” Conselheiro
1348 Vitor Cândido Leles de Paulo: “Boa tarde, Presidente. Aqui no Artigo 19
1349 constam algumas informações sobre as reuniões, ordinárias e
1350 extraordinárias, e no seu parágrafo primeiro, fala que as reuniões terão
1351 calendário anual, aprovado no ano anterior. Então eu queria ter acesso
1352 a esse calendário anual dito aqui na Deliberação Normativa 177, se
1353 possível.” José Augusto, SUPRAM / ASJUR: “Conselheiro, de fato essa
1354 é uma questão que na prática já acontecia, até tem a ver com o que o
1355 Conselheiro do Ministério Público disse, que houve um problema no *site*
1356 da SEMAD e as reuniões anteriores não estão tendo acesso,
1357 pontualmente, agora. Mas a gente pode acionar o pessoal da SUPRAM
1358 para que disponibilizem essa agenda, porque de fato ela foi abordada na
1359 última reunião, isso tem até na ata, que foi votada agora, e que isso
1360 realmente é uma *práxis* que é seguida pela SEMAD. Com essa questão
1361 de problema do sistema, acredito que a SEMAD vai estar resolvendo
1362 para que todas as reuniões de URC, durante todos esses anos
1363 continuem disponíveis como era, de Câmaras Técnicas também, isso
1364 tudo estará disponível, estava lá e acredito que vai voltar a estar
1365 publicado, mas para a gente dar já esse acesso à informação de
1366 imediato para o Conselheiro, a gente pode solicitar sim para que a
1367 Secretaria Executiva da Presidência e desse conselho de URC forneça
1368 essa informação, encaminhe para o senhor por *e-mail*, isso pode ser
1369 disponibilizado sim, tá bom?” Geisa, da Secretaria Executiva: “Senhor
1370 Presidente. Apenas complementando, por gentileza. A agenda das
1371 reuniões está disponível dentro da aba do COPAM, na aba esquerda
1372 abaixo de COPAM tem a agenda de reuniões do Conselho, tá bom? O
1373 pessoal da SUPRAM Alto São Francisco, igual o Senhor José Augusto
1374 já informou, eles vão encaminhar a agenda aprovada na última reunião

1375 do ano passado para os senhores terem ciência, então a gente pede
1376 sempre que os senhores, por gentileza, acompanhem a agenda do
1377 COPAM até mesmo para ver as questões das reuniões extraordinárias,
1378 porque pode ocorrer de não ter alguma reunião, a gente tira ela da
1379 agenda, mas lembrando que sempre quando não houver reunião ou
1380 quando houver reunião, os senhores serão comunicados e convocados.
1381 E a concretização para a reunião, só deixando bastante claro,
1382 registrado, é com a convocação, tá bom? Pode ser que a reunião esteja
1383 na agenda, mas tem que se convocar dentro do prazo regimental. Não
1384 foi convocada, SUPRAM comunicou os senhores que não vai ter a
1385 realização da reunião, só que dependendo do horário, não foi atualizado
1386 na agenda, os senhores vão observar no outro dia que ainda consta lá,
1387 mas será atualizada. Então assim, a reunião só se concretiza com a
1388 convocação mediante a pauta publicada no Diário Oficial. Então todas
1389 às vezes que os senhores receberem a convocação, a pauta sempre
1390 estará publicada no Diário Oficial, bem como todos os documentos eles
1391 estarão sempre no *site* da SEMAD, tá bom? Muito obrigada.” Presidente
1392 Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado Geisa, José Augusto. Preciso
1393 perguntar, novamente, se tem mais algum Conselheiro que tem dúvidas
1394 em relação à apresentação do Regimento Interno. Por favor, levante a
1395 mão virtual. Ok? Não tendo mais nenhum Conselheiro com dúvidas
1396 sobre a apresentação, vamos seguindo os nossos itens de pauta.” **9.**
1397 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO AO**
1398 **INDEFERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**
1399 **SIMPLIFICADO.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conforme eu
1400 estava informando anteriormente, nós vamos agora para os itens de
1401 deliberação sobre pareceres. Nós temos dois itens: um com recurso a
1402 Indeferimento de Processo Simplificado e outro com exame de Recurso
1403 a Arquivamento de Licença de Operação. São três subitens no item 9 e
1404 um subitem no item 10. Eu vou fazer a leitura de todos esses subitens e
1405 nós vamos um a um verificando se nós temos destaques ou se temos
1406 inscritos para se manifestarem em cima desses itens. Então item 9,
1407 Processos Administrativos para exame de Recurso ao Indeferimento de
1408 Licenciamento Ambiental Simplificado. Item **9.1**: Odilon de Lacerda
1409 Filho/Fazenda Bom Retiro – Suinocultura, avicultura, processamento de
1410 subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha,
1411 formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para
1412 animais, criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e
1413 caprinos, em regime extensivo e culturas anuais, semiperenes, perenes,
1414 silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Bom
1415 Despacho/MG - PA/Nº 50005/2004/003/2018 - Classe 3. Apresentação:
1416 Supram ASF. Já tenho as informações aqui de que existem inscritos
1417 para esse item, além de tudo, um destaque pela própria SUPRAM Alto

1418 São Francisco, e questiono aos Conselheiros se existe algum destaque
1419 por parte dos Conselheiros. Eu vejo aqui que a Conselheira Luanna
1420 Oliveira, da FEDERAMINAS, está se manifestando.” Conselheira
1421 Luanna de Fátima Oliveira: “E eu gostaria de fazer um destaque.”
1422 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira, eu vou tomar nota de
1423 todos os destaques e depois voltamos no item para a deliberação, tá
1424 bom? E discussão, de discussão anterior. Eu vejo aqui também Eduardo
1425 Correa, Conselheiro da EPAMIG. Apenas os dois Conselheiros com
1426 destaque no item 9.1? Algum Conselheiro, além de destaque, tem algum
1427 pedido de vistas? Também envolve o pedido de vistas do processo? Ok,
1428 sem mais nenhum destaque, podem abaixar a mão virtual o Conselheiro
1429 Eduardo e Luanna. Nós passamos agora para o item 9.2 da nossa
1430 pauta. **9.2**: Aparecida de Fátima Cunha – Suinocultura, criação de
1431 bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime
1432 extensivo e formulação de rações balanceadas e de alimentos
1433 preparados para animais. Pains/MG - PA/Nº 14919/2019/001/2020 -
1434 Classe 2. Apresentação: Supram ASF. Não consta nas informações que
1435 recebi nenhum inscrito externo para esse item, nem da SUPRAM.
1436 Questiono aos Conselheiros se tem algum destaque em relação a esse
1437 item, item 9.2 da nossa pauta. Eduardo Correa, da EPAMIG. Mais algum
1438 Conselheiro? Mais algum destaque em relação ao item 9.2 da nossa
1439 pauta? Ok, algum pedido de vistas? Ok, então. Sem nenhum destaque,
1440 passamos para o item 9.3 da nossa pauta. **9.3**: SESAM-Serviço de
1441 Saneamento Ambiental Municipal de Carmópolis de Minas/Estação de
1442 Tratamento de Esgoto Várzea das Flores – Estação de Tratamento de
1443 esgoto sanitário - Carmópolis de Minas/MG - PA/Nº
1444 00292/1998/009/2019 - Classe 2. Apresentação: Supram ASF. O
1445 parecer sugestivo da SUPRAM nesse processo é para deferimento,
1446 acolhimento do pedido recursal de indeferimento. Questiono aos
1447 Conselheiros se não têm algum destaque em relação a esse item desta
1448 pauta. Item 9.3.” Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Senhor
1449 Presidente, peço vistas a esse processo.” Presidente Rafael Rezende
1450 Teixeira: “Ok, Conselheiro. Algum Conselheiro quer pedir vistas junto ao
1451 Conselheiro Geraldo? Item 9.3 da nossa pauta?” Conselheiro Eduardo
1452 José Ferreira: “Alô. Desculpa, tem um *delay* aqui entre abrir o microfone.
1453 Já que vai ser pedido vistas, eu gostaria também de ver esse processo.”
1454 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Eduardo Correa, EPAMIG.”
1455 Conselheiro Eduardo José Ferreira: “E aí esse processo fica para a
1456 próxima reunião, é isso?” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1457 “Exatamente, e os senhores apresentarão relatório de vistas dos
1458 senhores, tem que ser apresentado com cinco dias de antecedência à
1459 próxima reunião, tá bom? Vistas concedidas conjuntamente.”
1460 Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Você pode me orientar se há algum

1461 formulário padrão para esse relatório?” Presidente Rafael Rezende
1462 Teixeira: “Conselheiro, talvez o pessoal do suporte pode esclarecer, mas
1463 acredito que um formulário padrão para o relatório de vistas... Só um
1464 segundo.” Geisa, da Secretaria Executiva: “Senhor Presidente, só
1465 ajudando o senhor aqui, respondendo ao senhor Eduardo da EPAMIG.
1466 Senhor Eduardo, não tem um formulário padrão. O relatório pode ser
1467 feito do modelo que o senhor achar conveniente, não existe um modelo
1468 padrão para isso.” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Ok, obrigado,
1469 bom saber.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado, Geisa.
1470 Vista concedida ao Conselheiro da PUC Minas e EPAMIG, vistas
1471 conjunta. Item 9.3 da nossa pauta. Item 10.1 da nossa pauta.” **10.**
1472 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO**
1473 **ARQUIVAMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA.**
1474 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “10.1 Nova América Tecnologia
1475 Ltda./Fazenda Nova América - Culturas anuais, semiperenes e perenes,
1476 silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, criação de
1477 bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de
1478 confinamento e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos
1479 e caprinos, em regime extensivo - Paineiras/MG - PA/Nº
1480 10196/2010/003/2018 - Classe 4. Apresentação: Supram ASF. De
1481 acordo com as informações, nós temos um inscrito para esse item.
1482 Questiono aos Conselheiros se tem algum destaque em relação a esse
1483 item ou pedido de vistas.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Vistas.”
1484 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Vistas, FIEMG?” Conselheiro Túlio
1485 Pereira de Sá: “Isso, vistas.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1486 “Mãos levantadas também pelo Conselheiro Eduardo Correa, EPAMIG.
1487 Pois não, Conselheiro.” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Na verdade
1488 eu gostaria de comentar esse processo também.” Presidente Rafael
1489 Rezende Teixeira: “Só um segundo, Conselheiro. Conselheiro Eduardo,
1490 uma vez pedido vistas ao processo, o debate em relação à matéria será
1491 realizado na próxima reunião. O senhor tem a opção de pedir vistas
1492 conjuntas com a FIEMG.” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Então
1493 perfeito, eu quero ver também. Pode ser.” Presidente Rafael Rezende
1494 Teixeira: “Não consegui entender, Conselheiro.” Conselheiro Eduardo
1495 José Ferreira: “Eu acompanho a FIEMG, então.” Conselheiro Leandro
1496 Eustáquio: “Vistas conjuntas com a FIEMG, também.” Presidente Rafael
1497 Rezende Teixeira: “Leandro, OAB, vistas conjuntas. Conselheiro
1498 Leandro Eustáquio, está com a mão levantada, por favor.” Conselheiro
1499 Leandro Eustáquio: “Sim, fui eu, Senhor Presidente. Desculpa, eu me
1500 antecipei ao senhor, ratificando o que falei, vistas conjuntas com a
1501 FIEMG.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: Ok. Vistas conjuntas,
1502 então, do item 10.1. Um pedido de vistas da FIEMG, OAB e EPAMIG.
1503 Só um segundo que nós avançamos na nossa pauta. Conselheira

1504 Regina parece que queria se manifestar, e o suporte não tem
1505 conseguido contato com você. Se você estiver nos ouvindo, tentar entrar
1506 em contato com nosso suporte aqui para que você consiga se
1507 manifestar. Conselheira Luanna Oliveira, FEDERAMINAS, com a mão
1508 virtual levantada. Pois não, Conselheira.” **DISCUSSÕES /**
1509 **DELIBERAÇÕES.** Conselheira Luanna de Fátima Oliveira: “Senhor
1510 Presidente, na hora eu me antecipei na fala com vocês e eu não ouvi se
1511 foi considerado o pedido de vistas para o item 9.1, o senhor Odilon.”
1512 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira, para o item 9.1 só
1513 houve pedidos de destaque, não houve pedidos de vistas. Um destaque
1514 por parte da senhora e um por parte do Eduardo Correa, da EPAMIG.”
1515 Conselheira Luanna de Fátima Oliveira: “Porque eu coloquei para
1516 manifestar o destaque, e aí não é a mesma coisa, eu apertei a mãozinha
1517 novamente no pedido de vistas.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1518 “Então a senhora tem interesse em vistas no item 9.1?” Conselheira
1519 Luanna de Fátima Oliveira: “Isso, pedido de vistas, 9.1, porque eu me
1520 antecipei no pedido.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, como
1521 tem um destaque do Conselheiro Eduardo Correa com relação ao
1522 mesmo processo, questiono ao Conselheiro da EPAMIG se não quer
1523 pedir vistas conjuntas nesse item da nossa pauta.” Conselheiro Eduardo
1524 José Ferreira: “Posso também, sim.” Presidente Rafael Rezende
1525 Teixeira: “Vistas conjuntas concedidas à FEDERAMINAS e à EPAMIG,
1526 no item 9.1 da nossa pauta.” Conselheira Luanna de Fátima Oliveira:
1527 “Grata.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Senhores Conselheiros,
1528 nós finalizamos a leitura de todos os itens e o resultado que nós temos
1529 é: pedido de vistas nos processos dos itens 9.1.” Conselheiro Vitor
1530 Cândido Leles de Paulo: “Senhor Presidente?” Presidente Rafael
1531 Rezende Teixeira: “Pois não.” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo:
1532 “Eu estou com a mão levantada, eu posso fazer um aparte?” Presidente
1533 Rafael Rezende Teixeira: “Perdão, Conselheiro, pode sim, à vontade.”
1534 Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Às 11h04, eu recebi um e-
1535 *mail*, uma síntese de argumentações referentes ao item 10.1. Eu queria,
1536 já foi mais em cima da reunião, um esclarecimento sobre essa síntese
1537 de argumentações, porque ela veio por *e-mail*, mas não me parece que
1538 ela está disponível no *site*. É isso, eu estou correto na minha avaliação?”
1539 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Peço a síntese de argumentação.
1540 Só um segundo, Conselheiro.” José Augusto, SUPRAM / ASJUR:
1541 “Conselheiro, a forma do devido procedimento administrativo, como é
1542 que ela ocorre? Uma vez o processo tendo sido já instruído e levado
1543 para decisão, não cabe na instância recursal e já apresentado o recurso,
1544 uma dilação probatória, e aí é uma nova entrega de documento. Isso a
1545 gente verifica no Decreto 47.383, na Resolução 237 do CONAMA e
1546 todos os normativos. Não há mais um momento adequado para esse

1547 tipo, digamos assim, de nova informação no processo, contudo,
1548 considerando que já tem um pedido de vistas, para a parte regimental, o
1549 encaminhamento é: isso ser analisado pelo Conselheiro e qualquer
1550 debate quanto ao item ser trazido na próxima reunião. Essa questão,
1551 logicamente a gente pode verificar, prestar algum esclarecimento para o
1552 senhor, posteriormente, até em curto prazo, agora no momento desta
1553 reunião, uma vez que já houve pedido de vistas, o encaminhamento é
1554 que isso seja levado ao Conselheiro, então já não entra mais em debate
1555 quanto a esse item, esse item já sai da pauta e é concedida a vista,
1556 então caso o senhor eventualmente queira entender melhor a situação
1557 também é possível que você possa pedir vista em conjunto e avaliar
1558 todas as questões referentes à esse processo e a esse caso, tudo
1559 bem?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pois não. Conselheiro Vitor
1560 Leles, respondido?” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Tudo
1561 certo, me junto no pedido de vistas.” Presidente Rafael Rezende
1562 Teixeira: “Nós temos a mão levantada pelo Conselheiro Wellington, da
1563 SEAPA. Por favor, Conselheiro.” Conselheiro Wellington Dias Silveira:
1564 “Só para esclarecer a respeito desse documento, José Augusto, ele foi
1565 enviado pela firma que está defendendo a empresa, tá? Não é um
1566 documento que veio da SEAPA. Eu também recebi esse documento,
1567 esse parecer, ok? Só para deixar bem claro que não foi nenhum
1568 documento anexado ao processo, veio depois do processo como uma
1569 defesa para a gente poder analisar, ok? Eu recebi também.” Presidente
1570 Rafael Rezende Teixeira: “Ok, Conselheiro, está esclarecido.
1571 Conselheiro Edécio, da FAEMG, está com a mão levantada.”
1572 Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Senhor Presidente, com
1573 relação a esse documento, acho que todos os Conselheiros receberam.
1574 Isso é um memorial que, judicialmente é praxe, principalmente por
1575 tribunais superiores, ser distribuído antes de um julgamento para
1576 esclarecer alguns pontos que possam estar obscuros na pesquisa do
1577 processo. Isso não é um documento oficial, é um documento do
1578 interessado visando trazer luz àqueles pontos que acham importante
1579 que vão ser objeto do debate. Então para cada um analisar da forma
1580 que melhor entender, mas não faz parte do processo. Eu, por exemplo,
1581 tirei algumas dúvidas com esse esclarecimento, mas não faz parte do
1582 processo. É um documento extra-processo” José Augusto, SUPRAM /
1583 ASJUR: “De fato trazer alguma questão para defesa para auxiliar na
1584 sustentação oral da parte, isso é compreensível, a gente não vê óbice
1585 neste sentido, mas é só bom tentar esclarecer que isso não é um
1586 documento protocolado no processo e não cabe mais entrega de
1587 informação complementar, mas se for para essa finalidade de
1588 sustentação oral na reunião, isso é permitido.” Presidente Rafael
1589 Rezende Teixeira: “Ok, senhores Conselheiros. Nós temos então

1590 pedidos de vistas na maioria dos itens de deliberação no parecer. Vou
1591 repassar com os senhores aqui para que seja de conhecimento e caso
1592 algum Conselheiro queira se manifestar sobre pedidas de vistas em
1593 mais algum processo ou vistas conjuntas em mais algum processo é só
1594 dizer. Item 9.1 está com pedido de vistas da Luanna, FEDERAMINAS, e
1595 Eduardo Correa, EPAMIG. O item 9.3 está com pedido de vistas do
1596 Geraldo, da PUC Minas, e Eduardo Correa, da EPAMIG. O item 10.1
1597 está com pedido de vistas pela FIEMG, OAB e EPAMIG. Nós não temos
1598 pedido de vistas, apenas destaque pelo Eduardo Correa da EPAMIG no
1599 item 9.2 Gostaria que o Conselheiro se manifestasse se se trata
1600 realmente só destaque ou de um pedido de vistas propriamente.”
1601 Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Não, é só um destaque mesmo.”
1602 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, esclarecido. Então resta para
1603 deliberação apenas o item 9.2. Eu vou só retornar ao item 9.1, há um
1604 destaque da SUPRAM Alto São Francisco em relação ao processo,
1605 como eu havia dito anteriormente. Apenas aguardem um minuto para a
1606 gente fazer a conexão.” Helena Botelho de Andrade, SUPRAM / ASF:
1607 “Na página 5, parágrafo 4º, na linha 4, onde fala ‘Protocolo nº
1608 R0106206/2019, de 22 de julho de 2017’, retificar para 22 de julho de
1609 2019. A mesma retificação na página 7, linha 2. Ao invés de 22 de julho
1610 de 2017, é 22 de julho de 2019. Obrigada.” Presidente Rafael Rezende
1611 Teixeira: “Obrigado, pessoal da SUPRAM. Já segue então o processo
1612 com destaque da SUPRAM Alto São Francisco para as vistas dos
1613 Conselheiros da FEDERAMINAS e EPAMIG. Será disponibilizado o
1614 correto para os Conselheiros também, a todos os Conselheiros.”
1615 Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Rafael, pedir ao pessoal da
1616 SUPRAM que essa errata que fizeram, mandar por *e-mail*, porque não
1617 estou anotando agora. Se puder mandar por *e-mail* essa errata dos
1618 processos.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, acabei de
1619 anunciar que será encaminhada a todos os Conselheiros.” Conselheiro
1620 Eduardo José Ferreira: “Ok, obrigado.” Presidente Rafael Rezende
1621 Teixeira: “A Laura está se manifestando. Laura Teixeira, gentileza se
1622 identificar para poder falar.” Laura Teixeira, a SUPRAM / ASF: “Rafael,
1623 não sei se está me ouvindo, mas foi um erro aqui, não vou me
1624 manifestar não.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, então.
1625 Conselheiros, então como havia dito, tivemos o destaque do item 9.1 da
1626 SUPRAM, com pedido de vistas conjunto da FEDERAMINAS e
1627 EPAMIG, item 9.3 com pedido conjunto de PUC Minas e EPAMIG, item
1628 10.1 com pedido conjunto de vistas da FIEMG, OAB e EPAMIG, então
1629 partimos para discussão para deliberação do item 9.2, item que não há
1630 nenhum escrito, nenhum destaque por parte da SUPRAM, há apenas
1631 um destaque por parte do Conselheiro Eduardo da EPAMIG. Abro,
1632 então, a palavra para o Conselheiro para manifestação.” Conselheiro

1633 Eduardo José Ferreira: “Obrigado, Rafael. É o seguinte, eu li todos os
1634 processos, com hábito de professor, então a gente vai corrigindo,
1635 fazendo aqui, então eu li todos. Os produtores aqui, o único que tem um
1636 parecer bem agradável é o da SESAM de Carmópolis, os outros é
1637 paulada o tempo todo. E essa produtora, que realmente está errada, não
1638 tem como, mas ela pede no item D que sejam parcelados o seu Auto de
1639 Infração, que isso seja parcelado. Eu conheço a vida do produtor,
1640 produtor não é fácil empreender na área rural é, além de sacrifício braçal
1641 é muito difícil, o lucro é baixo, então que fosse concedida a essa
1642 produtora o parcelamento dos débitos dela como ela requer aqui no
1643 recurso. E, assim, um comentário que é geral, Rafael. A falta de
1644 padronização dos relatórios do órgão ambiental é um pouco gritante, e
1645 não só de confecção dos relatórios, como de prazos. Atende um, dois
1646 anos depois, atende um, um ano depois, outro três anos depois e assim
1647 vai, e aí ele toma multa, aquela confusão danada. E a padronização do
1648 relatório, você vê o relatório que vai ser comentado no próximo item,
1649 10.1, é um relatório todo esmiuçado, até o passarinho Caboclinho ele
1650 descobriu. O outro ali ele faz um lauto mais enxuto, vamos dizer assim.
1651 Então como se tratam de processos que envolvem negócios e vidas de
1652 pessoas, acho que seria recomendável, extremamente, aos órgãos
1653 ambientais que padronizassem seus relatórios, que normatizasse isso,
1654 indicasse onde está o erro, o que o cara errou, fotografar, se pusesse
1655 foto no relatório, até pro produtor não ficar naquele tiro no escuro.
1656 Porque, por exemplo, eu como professor se corrijo a prova e apenas
1657 risco as questões do aluno, ele vai ficar sem saber onde está errando e
1658 onde está acertando, então acho que isso é um papel nosso aqui, tá?
1659 Era mais ou menos essas pontuações que eu queria colocar sobre esse
1660 processo e de forma geral. Obrigado, Rafael.” Presidente Rafael
1661 Rezende Teixeira: “Ok, obrigado, Conselheiro. Servidora da SUPRAM,
1662 Laura Teixeira, está com a mão levantada. Vai se manifestar, Laura?”
1663 Laura Teixeira, SUPRAM / ASF: “Tá me ouvindo, Rafael?” Presidente
1664 Rafael Rezende Teixeira: “Perfeitamente.” Laura Teixeira, SUPRAM /
1665 ASF: “Alô, está funcionando? Boa tarde, é Laura, do jurídico da
1666 SUPRAM. Em relação a solicitação do Conselheiro ao parcelamento do
1667 débito, essa questão deve ser tratada no âmbito da análise do Auto de
1668 Infração, por isso ela não é abordada nesse momento. O Auto de
1669 Infração ele tem um procedimento próprio, que deve ser seguido, então
1670 essa questão pode sim ser agraciada com parcelamento, mas ela tem
1671 que solicitar no âmbito do processo de Auto de Infração. Em relação aos
1672 relatórios, me cabe aqui informar ao Conselho, que a gente faz o
1673 parecer com base nos documentos do processo. Os documentos que
1674 compõem o processo foram disponibilizados ao Conselho. Então o
1675 relatório e o parecer eles não podem, a gente não tem a condição de

1676 relatar cada documento do processo. A gente relata, faz o parecer, com
1677 base na defesa apresentada, aquilo que é argumentada pela
1678 requerente, pela recorrente, é tratado no parecer de recurso. As demais
1679 questões, e o processo esmiuçado, vocês podem ter acesso a esses
1680 documentos e tirarem suas próprias conclusões. Aqui no caso a gente
1681 faz a análise das questões propriamente levantadas pela recorrente, que
1682 foi o que foi feito. Concordo que pode haver uma padronização, mas
1683 cada caso é um caso, e a padronização neste ponto fica complicada. É
1684 só isso, obrigada.” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Quando eu
1685 refiro à padronização do relatório feito pelo técnico, porque tem técnico
1686 fazendo relatório extremamente minucioso, até com passarinho que
1687 tinha lá no campo, e tem técnico fazendo relatório que só fala que está
1688 errado e pronto, não dá detalhamento nenhum. Então quem tem muito
1689 detalhe, às vezes, tem que correr atrás de um monte de papel, quem
1690 não tem detalhe nenhum fica sem saber. Então acho que a gente tem
1691 que ter uma normatização disso, é opinião minha, na visão da coisa,
1692 entendeu?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Eduardo,
1693 eu peço que o senhor abaixe a mão se não for mais se pronunciar. Nós
1694 temos um pedido aqui do José Augusto para manifestação.” José
1695 Augusto, SUPRAM / ASJUR: “Eu vou só reforçar e corroborar o que a
1696 Laura falou, e que eu acho que é muito pertinente, eu entendo a questão
1697 que o Conselheiro está trazendo, mas cada caso concreto deve ser visto
1698 na sua especificidade, e existem padrão, parâmetros objetivos sim para
1699 nortear a atuação do órgão ambiental. No nível jurídico existe todo um
1700 arcabouço jurídico normativo que trata das questões e os agentes
1701 públicos são vinculados a observarem isso. Então existe algo que a
1702 legislação prevê e nós temos que seguir e trazer no parecer. Por sua
1703 vez, com relação as questões técnicas, isso também é uma questão que
1704 tem um nível de objetividade também, isso baseado na própria ciência
1705 técnica. Então, por exemplo, questões de fauna, isso é algo que, por
1706 exemplo, existe um consenso técnico-científico sobre certas questões, e
1707 se a situação verificada ela enquadra, por exemplo, em degradação
1708 ambiental ou outras questões, o técnico vai seguir isso. Eu entendo que
1709 talvez pode ter sim alguma diferença na forma da escrita de cada um,
1710 mas só importante ressaltar que o órgão ambiental tem parâmetros
1711 objetivos que ele deve observar, tanto em nível técnico quanto em nível
1712 jurídico.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pessoal da SUPRAM,
1713 tem uma manifestação por parte do pessoal da SUPRAM, peço que se
1714 manifestem.” Camila, SUPRAM / ASF: “Camila, SUPRAM Alto São
1715 Francisco, só também dando continuidade ao que a Laura trouxe e o
1716 José Augusto complementou...” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1717 “Não estamos ouvindo. Camila, vou pedir para você repetir, pode
1718 repetir? E sua câmera também estava desligada.” Camila, SUPRAM /

1719 ASF: “Tá certo. Só para complementar o que a Laura já trouxe e o José
1720 Augusto também reforçou, a gente tem um padrão que a gente segue,
1721 que é um modelo padrão de pareceres de recurso, que tem que conter
1722 minimamente dados e informações sobre aquele processo. Mas o que o
1723 Conselheiro Eduardo pode ter observado é que determinadas atividades
1724 carecem de uma explicação um pouco mais aprofundada, e até é o ideal
1725 que se faça, ou simplesmente, além da atividade, pelo motivo do
1726 indeferimento do processo e o motivo que foi trazido no recurso. Muitas
1727 vezes o motivo que é trazido é muito simples de ser argumentado, de
1728 ser justificado no parecer de recurso, em outras situações é mais
1729 complicado e requer uma atenção, um carinho maior. Então é isso, a
1730 gente tem um padrão, a gente segue um modelo padrão de pareceres
1731 de recursos, mas cada atividade, cada tipo de motivo que a gente
1732 encontra isso vai diferenciar. Claro, cada técnico também tem a sua
1733 estratégia de defesa e argumentação em cada processo, então isso
1734 também vai variar. Mas eu reforço que a gente tenta manter um padrão
1735 e eu vou levar com muito carinho essa sugestão de ainda melhorar na
1736 questão do padrão, ok?” Conselheiro Eduardo José Ferreira: “Rafael, só
1737 para não ficar muito nesse negócio, na próxima reunião nós vamos
1738 discutir muito sobre isso, se Deus quiser, mas é esse negócio: em uma
1739 o técnico vê um passarinho Caboclinho que está em situação vulnerável
1740 e no outro processo ele não vê uma unidade de conservação e nem se
1741 comenta isso. Então, quer dizer, a gente tem que ter uma certa
1742 padronização na forma de vistoria do técnico, é isso que nós vamos
1743 discutir na próxima reunião, né?” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1744 “Tá ok, Conselheiro Eduardo. Eu preciso te perguntar só uma coisa:
1745 existe alguma dúvida com relação ao parecer SUPRAM para que a
1746 gente possa colocar em deliberação?” Conselheiro Eduardo José
1747 Ferreira: “Não, não tem mais dúvida, obrigado.” Presidente Rafael
1748 Rezende Teixeira: “Conselheiro Wellington da SEAPA está com a mão
1749 levantada, peço para que se manifeste. Conselheiro Eduardo pode
1750 abaixar a mão, por gentileza.” Conselheiro Wellington Dias Silveira:
1751 “Presidente, só uma questão de ordem. Toda vez que Eduardo vai falar,
1752 por favor, tem que falar quem é e o órgão, porque isso é questão de
1753 praxe. Então eu que já sou mais veterano, porque senão na hora da
1754 gravação; ‘Ah, quem falou?’, mesmo a gente vendo ele conversando,
1755 ok? É só uma questão de ordem mesmo, tá? Obrigado.” Presidente
1756 Rafael Rezende Teixeira: “Total razão, Conselheiro Wellington. Não
1757 tendo mais discussões, sanadas as discussões do item 9.2, submeto o
1758 item à votação dos Conselheiros. Peço apoio do pessoal do suporte.
1759 Item 9.2, Aparecida de Fátima Cunha, como vota o Conselheiro
1760 Wellington, SEAPA?” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Favorável
1761 ao parecer da SUPRAM.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok,

1762 muito obrigado. O voto realmente é favorável ao parecer da SUPRAM.
1763 Vocês votam a favor ou contra o parecer da SUPRAM que foi
1764 encaminhado. Conselheiro Guilherme, da SEDE, vota como?
1765 Conselheiro Guilherme Augusto Lemes: “Favorável.” Presidente Rafael
1766 Rezende Teixeira: “Ok, Conselheira Karine, SEE.” Conselheira Karine
1767 Consuelo Cunha: “Voto favorável ao parecer da SUPRAM.” Presidente
1768 Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro José Tadeu, da SEINFRA. Qual
1769 seu voto? Conselheiro José Tadeu, SEINFRA. Conselheiro Eduardo,
1770 EPAMIG, como vota?” Conselheiro Eduardo José Azevedo: “Eu voto a
1771 favor. Neste processo eu voto a favor.” Presidente Rafael Rezende
1772 Teixeira: “Conselheiro Vitor, SEDESE, como vota?” Conselheiro Vitor
1773 Cândido Leles de Paulo: “Favorável” Presidente Rafael Rezende
1774 Teixeira: “Conselheiro Tenente Flávio, PMMG, como vota?” Conselheiro
1775 1º TEN. PM Flávio Borges Silva: “Voto favorável ao parecer da SEMAD.”
1776 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Roger, CREA, como
1777 vota?” Conselheiro Roger Gontijo: “Favorável ao parecer da SUPRAM.”
1778 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Lucas Trindade, MP,
1779 como vota?” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Abstenção com
1780 base no artigo 11 do Ato da Corregedoria Geral do Ministério Público nº
1781 02/2020. Para os Conselheiros que não o conhecem, eu vou ler agora
1782 esse artigo, porque ele será o embasamento do Ministério Público em
1783 todas as suas votações. O artigo diz o seguinte: ‘Um membro do
1784 Ministério Público pode participar da composição de conselhos
1785 estaduais ou municipais constituídos para a gestão ou definição de
1786 políticas públicas, desde que não se vincule como signatário direto das
1787 decisões colegiadas e somente se tal colaboração se der em áreas
1788 relacionadas às funções institucionais do Ministério Público, com direito
1789 a voz, mas sem exercer eventual direito a voto.’ Obrigado, Presidente.”
1790 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado, Doutor Lucas.
1791 Conselheiro Marco Aurélio, Prefeitura de Pains, como vota?”
1792 Conselheiro Marco Aurélio Rabelo Gomes: “Voto junto com a SUPRAM.”
1793 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Túlio da FIEMG,
1794 como vota?” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Favorável.” Presidente
1795 Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Edélcio, FAEMG, como vota?
1796 Conselheiro Edélcio, FAEMG, como vota?” Conselheiro Edélcio José
1797 Cançado Ferreira: “Voto favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1798 “Ok, obrigado, Edélcio. Conselheira Luanna, FEDERAMINAS, como
1799 vota?” Conselheira Luanna de Fátima Oliveira: “Voto favorável ao
1800 parecer da Superintendência.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1801 “Conselheiro Héfren, da AMPAR, como vota? Conselheiro Héfren, da
1802 AMPAR, como vota? Conselheiro Lucélio, APPA, como vota?”
1803 Conselheiro Lucélio Nativo Assunção: “Favorável ao parecer da
1804 SUPRAM.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira Regina,

1805 Grupo AR, como vota?” Conselheira Regina, se quiser pode utilizar o
1806 *chat* para poder votar.” Conselheiro José Tadeu La Guardia: “Voto é
1807 favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, Conselheiro José
1808 Tadeu. Conselheira Regina, se não tiver conseguindo se manifestar
1809 pode utilizar o *chat* para fazer seu voto. Vamos adiante, depois
1810 retornamos, Conselheiro Claiton, Associação NORDESTA.” Conselheiro
1811 Claiton Majela da Silva Miranda: “Voto favorável.” Presidente Rafael
1812 Rezende Teixeira: “Conselheiro Geraldo, PUC Minas, como vota?”
1813 Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Voto a favor do parecer
1814 da SUPRAM.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro da
1815 UEMG, Mauro Cruz, como vota?” Conselheiro Mauro César Cardoso
1816 Cruz: “Voto favorável ao parecer.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1817 “Conselheiro Leandro Eustáquio, OAB, como vota?” Conselheiro
1818 Leandro Eustáquio: “Favorável ao parecer.” Presidente Rafael Rezende
1819 Teixeira: “Ok. Conselheiro Héfren, AMPAR, como vota? Conselheiro
1820 Héfren, AMPAR, se for uma questão de não conseguir se manifestar
1821 pelo microfone do computador ou telefone celular pode se manifestar
1822 pelo *chat*. Regina, Conselheira Regina, se tiver nos ouvindo, o suporte
1823 está entrando em contato com você neste momento para colher o seu
1824 voto, pelo telefone fixo. Conselheiro Héfren, da AMPAR, está entrando
1825 novamente. Conselheira Regina, peço que atenda o telefone, porque o
1826 nosso suporte está fazendo contato para colhimento do voto.
1827 Conselheiro Héfren, da AMPAR, como vota?” Conselheiro Héfren Costa:
1828 “Favorável. Conselheiro Héfren vota favorável.” Presidente Rafael
1829 Rezende Teixeira: “Ok. Conselheira Regina, o contato está sendo
1830 externamente com a senhora, via telefone. Peço um pouco de paciência
1831 aos Conselheiros, estamos tentando colher o voto da Conselheira
1832 Regina.” Conselheiro Eduardo José Azevedo: “Rafael, hoje eu estou até
1833 a meia-noite, tem problema não.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1834 “Conselheira Regina, dê um joinha se você for favorável.” Conselheiro
1835 Eduardo José Azevedo: “Rafael, tem um sinal de positivo também que
1836 ela pode fazer, ou negativo.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:
1837 “Exato, exato, Conselheira Regina pode utilizar das reações para dar um
1838 sinal positivo.” Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Pela
1839 ordem, neste caso, não deveria a Conselheira ser considerada ausente?
1840 Já temos aí diversas chamadas sem sucesso.” José Augusto, SUPRAM
1841 / ASJUR: “Prezados, é só por uma questão de primeira reunião remota
1842 da unidade, a gente está só tentando exaurir a última possibilidade, mas
1843 se eventualmente ela não conseguir se manifestar, está dando a
1844 possibilidade tanto pelo joinha igual o Conselheiro colocou, ou pelo *chat*,
1845 ou simbolicamente, agora se não der, aí a gente considera ela como
1846 ausente então, tá bom? Porque a gente realmente está tentando, mas a
1847 gente só vai aguardar aqui mais um instante.” Presidente Rafael

1848 Rezende Teixeira: “Olha, Conselheira Regina será considerada ausente
1849 no momento da votação. Vamos para o resultado. Um total de 18 votos
1850 favoráveis ao parecer SUPRAM, uma abstenção, do Ministério Público e
1851 uma ausência. Deferido o parecer. Com isso, nós temos esgotados os
1852 nossos itens de pauta.” **11. ENCERRAMENTO.** Presidente Rafael
1853 Rezende Teixeira: “Podemos avançar para o nosso 11º item, que é de
1854 encerramento. Em nome do Secretário Executivo do COPAM,
1855 Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto, eu agradeço profundamente a
1856 presença de todos. Nós tivemos um quórum de 100% nessa reunião.
1857 Tivemos a oportunidade, isso foi muito importante, porque tivemos a
1858 oportunidade de fazer apresentações de muita valia nesse início, para
1859 alguns que estão iniciando agora. Nosso item 6, a função do Regimento
1860 Interno, nosso item 7, ou seja, nenhum Conselheiro fica para trás com
1861 essas apresentações. Nós tivemos uma retirada de pauta, que foi o item
1862 8, mas não tem uma relação totalmente direta com o funcionamento das
1863 Unidades Regionais Colegiadas, então apenas nossa primeira reunião,
1864 nossa primeira reunião no ano, nossa primeira por esse formato *online*.
1865 Agradeço realmente imensamente a presença, o comprometimento e a
1866 boa vontade de todos de fazer a reunião ocorrer da melhor forma
1867 possível. Considero encerrada a reunião, fiquem bem, todos, e muito
1868 obrigado.”

**** * * * * *

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto

